

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E CATORZE**-----

----- Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André

Lopes Alves Veiga Morgado, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Francisco Maria Rosa Fialho Camacho, Rosa Maria Carvalho da Silva, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, José Roque Alexandre, Susana Maria da Costa Guimarães, João Carlos de Sousa Pereira, Luís Duarte de Albuquerque Carreira e Ana Filipa Carvalho Neto.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- António Modesto Fernandes Navarro, Jorge Manuel Jacinto Marques e Maria da Graça Resende Pinto Ferreira. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Fialho Camacho.-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz.-----

----- Inês Sousa Real (PAN), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Filipa Carvalho Neto. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Miguel Gaspar e Ricardo Veludo. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia, João Pedro Abreu Costa e Ana Rita Costenla. -----

----- Às quinze horas e quatro minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto está aberta a reunião, eu começo por saudar a participação do público, e portanto, dando a palavra ao Senhor Pedro Bento, que já está disponível para intervir, portanto o Senhor Pedro Bento, é com gosto que o acolhemos nesta reunião, e portanto, tem a palavra.”-----

----- **O Município, Pedro Bento**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito boa-tarde.*-----

----- *Boa tarde a todos os que estão presentes na reunião.*-----

----- *Eu venho aqui apenas para pedir, eu estou aqui no Jardim da Estrela, não pude estar aí. Eu venho aqui para pedir para o Senhor Presidente da Câmara consiga intervir perante as Juntas de Freguesia, porque eu tenho roulottes de faturas, e tenho vários associados, sou Presidente de uma Associação, e temos associados que não conseguem trabalhar neste momento na região de Lisboa.*-----

----- *Já há algumas a trabalhar e não compreendemos o porquê, já tentámos fazer um pedido para podermos trabalhar em certos jardins, por exemplo, aqui o Jardim da Estrela, no Campo Grande, e em alguns sítios, mas as Juntas de Freguesia, estão-nos sempre a dizer que isto tem que haver uma hasta pública, e eu penso que neste tempo de pandemia, onde não temos eventos onde podemos trabalhar, muita gente como eu, eu estou parado desde o dia 12 de janeiro, o meu último evento foi na Graça no Mercado de Natal, e assim não vamos conseguir suster as nossas famílias.*-----

----- *Eu venho aqui apenas para tentar pedir um pequeno auxílio, se conseguem falar com os Presidentes de Junta de Freguesia, para serem mais harmoniosos e mais solidariedade com a nossa atividade, e era só.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Pedro Bento.”-----

----- Só, permitindo-me fazer um breve comentário, naturalmente, tudo aquilo que for da responsabilidade da Câmara, endereçaremos à Câmara, nós não temos competência na atuação das Juntas de Freguesia é as Assembleias de Freguesias e os órgãos próprios da Freguesia que são a entidade própria, aquilo que for da responsabilidade da Câmara, naturalmente, que nós canalizaremos para a Câmara, e daremos a resposta que recebemos.”-----

----- Muito Obrigado.”-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **VOTO DE PESAR Nº 114/01 (MPT) – “PELO FALECIMENTO DO EMBAIXADOR ANTÓNIO FRANCO”**; -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar aos votos de pesar, peço à Senhora Segunda Secretária que leia os dois votos de pesar.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, procedeu à leitura do

Voto de Pesar n.º 114/01:-----

----- *“Faleceu no dia 15 de Julho, aos 76 anos, o Embaixador António Franco.*-----

----- *Diplomata com uma carreira brilhante e Chefe da Casa Civil do Presidente Jorge Sampaio, foi um dedicado servidor dos interesses de Portugal, com destaque para a sua intervenção discreta e eficaz no processo de paz em Angola.*-----

----- *António Manuel Canastreiro Franco nasceu a 17 de março de 1944 em Lisboa. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, iniciou a sua carreira diplomática, como Adido de Embaixada, em 1970. Foi membro da Comissão de Reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1976, adjunto do Gabinete do presidente da Comissão Constitucional em 1977 e Secretário do Conselho de Estado em 1983.*-----

----- *Foi Cônsul-Geral em Luanda entre 1986 e 1990, Cônsul-Geral em Barcelona entre 1990 e 1991 e adjunto do Embaixador António Monteiro, chefe da Missão Temporária de Portugal junto das Estruturas do Processo de Paz em Angola, entre 1991 e 1993, os anos do segundo período da guerra civil angolana.*-----

----- *Em 1994, tem o seu primeiro posto como Embaixador em São Tomé e Príncipe. Em 1995 foi Embaixador não-residente no Gabão e no ano seguinte foi designado chefe da Casa Civil do Presidente da República Jorge Sampaio, cargo que ocupou durante seis anos.*-----

----- *Entre 2001 e 2004 foi Embaixador de Portugal no Brasil, período durante o qual os dois países alcançaram entendimentos institucionais relevantes, e onde terminou a sua brilhante carreira diplomática. No momento da sua despedida do Brasil faz a síntese da sua ética profissional: “Fiz o possível para cumprir o que de mim se esperava, sobretudo nos cargos de maior exigência ou, até, de algum risco e sacrifício (...). Não submeter o cumprimento das instruções recebidas ao crivo das minhas opiniões ou convicções, que as tinha e tenho, foi lema de vida profissional que, sem esforço, prossegui (...).”*-----

----- *O Anuário Diplomático, publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, regista a atribuição de 15 ordens honoríficas ao Embaixador António Franco, entre as quais a Grã-Cruz de Cristo em 2001.*-----

----- *Assim, o Grupo Municipal do Partido da Terra – MPT propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Plenária de 21 de Julho de 2020, manifeste o seu profundo pesar pelo falecimento do Embaixador António Manuel Canastreiro Franco, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem.*-----

----- *Mais se propõe, que o presente voto de pesar seja enviado para conhecimento à sua família, ao Ministro e ao Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.*-----

----- *Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, MPT.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado.*-----

----- **Vamos passar à votação deste Voto de Pesar nº 114/01. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT,**

PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar n.º 114/01** foi aprovado **por unanimidade**.

----- **VOTO DE PESAR N.º 114/02 (PCP) - “VOTO DE PESAR LUÍS FILIPE COSTA”**;-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço à Segunda Secretária Virgínia Estorninho, que leia o segundo voto de pesar, apresentado pelo PCP.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 114/02**:-----

----- *“Faleceu hoje, aos 84 anos, o jornalista, radialista, escritor argumentista e realizador de televisão Luís Filipe Costa.*-----

----- *Luís Filipe Costa nasceu em 18 de Março de 1936, no Martim Moniz, em Lisboa e trocou o curso da Faculdade de Economia por uma carreira profissional na rádio. Dirigiu o Serviço de Noticiários do Rádio Clube Português (RCP) que, na década de 60, revolucionou o jornalismo radiofónico em Portugal.*-----

----- *Participou voluntariamente no 25 de Abril lendo, ao microfone do RCP, os comunicados do Movimento das Forças Armadas.*-----

----- *Depois do 25 de Abril, transferiu a sua atividade para a RTP onde realizou filmes de ficção, documentários e peças de teatro. No seu currículo estão telefilmes como Happy End, A Borboleta na Gaiola, a partir de um romance seu, Era Uma Vez Um Alferes, uma adaptação de Mistérios de Lisboa, de Camilo Castelo Branco, Muito Tarde Para Ficar Só, séries como Uma Cidade Como a Nossa, Arco Íris, Arroz Doce, Terra Instável, Polícias, Estúdio Um ou Esquadra de Polícia, Jaz morto e arrefece, documentários como Raúl Solnado - O Estado da Graça e peças de teatro. No cinema, escreveu os diálogos de Camarate, de Luís Filipe Rocha. O filme Morte d'Homem recebeu em 1988 o Grande Prémio do Festival de Cinema para Televisão de Chianchino (Itália) e o 2.º Prémio do Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz.*-----

----- *A série documental Há só uma Terra, que introduziu o tema da ecologia na programação da televisão portuguesa, foi distinguida com o Prémio da Crítica do Diário de Lisboa.*-----

----- *É autor dos romances A Borboleta na Gaiola e Agora e na Hora da sua Morte.*-----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sessão de dia 21 de Julho de 2020, presta a sua homenagem a Luís Filipe Costa, manifestando um profundo pesar pelo seu falecimento, guardando um minuto de silêncio e expressando à Família e aos Amigos as mais sentidas condolências.*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Comunista Português.*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.”-----

----- Vamos passar à votação deste **Voto de Pesar nº 114/02**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar nº 114/01** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, foi aprovado também por unanimidade, vamos fazer agora um minuto de silêncio, pelos, dois votos.”-----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelos dois votos de pesar) -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1. APRECIACÃO DO PONTO I) DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 383/CM/2020 - PROGRAMA DE APOIO À AQUISIÇÃO DE BICICLETA DO MUNICÍPIO DE LISBOA E RESPECTIVAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS C) E K) DO N.º 2 DO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS**-----

----- (O Ponto I da parte deliberativa da Proposta nº 383/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- **PROPOSTA 028/DM IND RUI COSTA/2020**-----

----- (A Proposta nº 028/DM IND Rui Costa/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante) -----

----- **PROPOSTA 029/DM IND RUI COSTA/2020**-----

----- (A Proposta nº 029/DM IND Rui Costa/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante) -----

----- **PROPOSTA 030/DM IND RUI COSTA/2020**-----

----- (A Proposta nº 030/DM IND Rui Costa/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante) -----

----- **PROPOSTA 031/DM IND RUI COSTA/2020**-----

----- (A Proposta nº 031/DM IND Rui Costa/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, vamos entrar na ordem do dia, o ponto 1 é a Apreciação do ponto i) da parte deliberativa da Proposta 383/CM/2020- Programa de apoio à aquisição de bicicleta do Município de Lisboa, portanto, tem a palavra a Câmara, depois terá a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, que apresentou umas propostas, mas eu peço ao Senhor Primeiro Secretário António Avelãs, que conduza os trabalhos.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a

seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----
----- Tem então a palavra a Câmara Municipal de Lisboa, para apresentar a proposta se o entender.-----
----- A Câmara Municipal de Lisboa, por favor?-----
----- Não há apresentação?”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Então dê a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Então dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, por favor, que tem quatro propostas para apresentar.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Vereador Carlos Castro, Senhoras e Senhores Vereadores presentes, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----
----- O programa em análise é um programa que oferece algumas reservas, independentemente das propostas de alteração, que hoje submeto a esta Assembleia Municipal, mas quero dizer que as propostas de alteração que aqui vos trago, são propostas que visam garantir justiça social nesta medida.-----
----- Circular de bicicleta por Lisboa não pode ser considerada uma moda e muito menos, uma moda de classes média e média-alta, tem de ser considerado um desiderato em nome de uma mobilidade sustentável e acessível a todos designadamente, em condições socioeconómicas.-----
----- Nesse sentido há uma proposta no sentido de em primeiro lugar, identificar aquilo que são cidadãos de mobilidade reduzida, porque não se encontra definido no regulamento e, aliás, pode até dar azo a situações abusivas, e optei por, e pura e simplesmente, importar aquilo que é o conceito legal mais generoso, que é o da atribuição de cartões para estacionamento.-----
----- Em segundo lugar, importa assegurar se todas as famílias podem auferir deste benefício, e a proposta que a Câmara Municipal nos traz não garante isso, não garante isso, em primeiro lugar, porque o valor do benefício é idêntico para todos e, aliás, até pode ser mais elevado para as bicicletas mais caras, e portanto, para quem tem mais poder aqui e isso assegurasse reforçando os valores de financiamento de apoio concedido para as famílias com menos de dois salários mínimos, com uma diferenciação dos dois salários mínimos e um salário mínimo e meio de rendimento mensal, mas também, com uma majoração do apoio concedido aos cidadãos que estão com mobilidade reduzida, porque, naturalmente, as bicicletas adaptadas são também mais caras e essa discriminação positiva justifica-se-----
----- Por outro lado, o modelo “*first to come, first to get*” e desculpem-me o anglicismo, favorece quem consegue comprar uma bicicleta no mercado, reparem as bicicletas adaptadas para os cidadãos de mobilidade reduzida são mais dificilmente

acessíveis, e, por outro lado, favorecem as classes sociais com mais poder económico, e essas podem comprar desde logo a sua bicicleta e submeter o requerimento à Câmara.-----

----- Uma família que aufera dois salários mínimos, mil e duzentos euros, uma bicicleta das mais baratas, custará à volta dos duzentos euros, isto representa um sexto do vencimento e se estivermos a pensar só num agregado familiar e, portanto, nesse sentido, proponho que as verbas alocadas ou seja não em função do tipo de veículo, mas sim em função do tipo de beneficiário, criando uma reserva prioritária, quer para os cidadãos de mobilidade reduzida de menor dimensão, quer por outro lado, garantindo também uma fatia de financiamento para estas famílias menos favorecidas.

----- A cidade e as mudanças na mobilidade constrói-se com todos, não se constrói com moda, esta é uma proposta de consciência, uma proposta de consciência política, e que representa aquilo que sempre defendi em muitos anos de militância, quer no PS quer no Bloco de Esquerda, que subscreveram infelizmente a meu ver nestes termos esta proposta.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Só queria antes do Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs, prosseguir, dizer que esta proposta tem alteração dos erros materiais que foram comunicados aos Senhores Deputados.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Para este ponto, foram registadas as inscrições e por esta ordem: Senhor Deputado Fernando Correia, João Valente Pires, Inácio Faria, Diogo Moura, Tiago Ivo Cruz, um Deputado do PAN que não indicou quem, e Rodrigo Mello Gonçalves que dispõe do tempo do PPM.-----

----- Se alguém se quiser inscrever deverá fazer de imediato, tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP e prepara Deputado João Valente Pires do PS.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Sobre este programa municipal de apoio à aquisição de bicicletas, os Vereadores do PCP apresentaram uma proposta na Câmara com uma perspetiva mais social, que foi aprovada por unanimidade, para a promoção do uso quotidiano da bicicleta em condições de segurança que é parte integrante do reforço das bicicletas da rede “Gira” e da sua gratuitidade.-----

----- Nesta proposta que foi apresentada à Câmara o PCP propõe o reforço do número de bicicletas da rede “Gira”, alargando a implantação do sistema de bicicletas partilhadas às zonas da cidade ainda não cobertas.-----

----- A implementação de um período experimental de gratuitidade da rede “Gira”

através da criação de passes mensais consolidada horas para uso destes equipamentos dirigidos a residentes no concelho de Lisboa, e a estudantes que frequentem estabelecimentos de ensino localizados na cidade, bem como os trabalhadores com local de trabalho habitual no concelho de Lisboa.-----

----- A criação de um plano de ciclovias que efetiva a concretização de uma rede que interligue os vários troços, amplamente discutido com as populações e com as Freguesias.-----

----- Reparação das ciclovias que reforcem da sinalização vertical e horizontal, inclusive nas vias partilhadas, assegurando o direito de mobilidade aos peões em circulação dos utilizadores de bicicleta em segurança, o que está longe de ser conseguido.-----

----- Criações de zonas de estacionamento para bicicletas, para se salvaguardem a segurança destes equipamentos, não existem, nomeadamente nas zonas mais centrais da cidade. -----

----- A criação de uma linha específica de apoio da Câmara Municipal de Lisboa, ao financiamento da reparação de bicicletas usadas, por particulares, reforçar e consolidar projetos de ensino do uso de bicicleta às crianças, alargando a outras faixas etárias e introduzir um carácter inter-geracional, que lhes fala do uso da bicicleta, fala também, nas regras do Código de Estrada e também acho que falta muito a fazer neste campo.-----

----- Consideramos que, neste momento, estas seriam as medidas mais adequadas para a promoção do uso da bicicleta na cidade, tendo em consideração que a bicicleta partilhada não traz problemas de estacionamento, de segurança e de manutenção do veículo ao utilizador.-----

----- Sobre a proposta que estamos agora a apreciar, não está estabelecido um critério objetivo de quem pode e não pode ser apoiado, tratando-se de dinheiros públicos e perante a situação atual o investimento é de considerar a questão social foi referida há pouco, aliás, acresce a esta questão o preço das bicicletas. No artigo quatro, a título, de exemplo, há mais questões do género, das regras de financiamento das bicicletas convencionais apenas se destina a estudantes, porque não residentes em geral? O percurso pode justificar uma bicicleta elétrica ou pode não a justificar, tendo em conta que há zonas da cidade são planas, embora se defina que esta medida pretende incentivar o comércio local, não está devidamente clarificado nas regras que estão definidas quais as lojas que podem participadas, como está, pode ser a pequena loja de rua ou uma grande superfície.-----

---- É deferido a obrigatoriedade de permanecer com a bicicleta durante dois anos, mas como será possível fazer esta fiscalização? Também não está resolvido, portanto, nós PCP vamos votar contra esta proposta.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado João Valente Pires do Partido Socialista e prepara o Deputado Inácio Faria.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente, Senhor Vereador, Senhores Deputados.-----

----- As questões da mobilidade são cruciais para a vida da cidade, e torna-se de mais premente nesta atual situação de pandemia, tudo tem que ser feito de novas formas, e repensar como nos deslocamos passa a ser neste momento crucial.-----

----- O plano e empreendido pela Câmara Municipal de Lisboa de implementação e desenvolvimento das mobilidades ativas, ganhou uma importância acrescida, agora que pensamos diferente na forma como vamos e regressamos para casa, para o trabalho, para a escola e para o lazer.-----

----- Em reunião de Câmara no passado dia 8 foi deliberado por maioria, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o programa de apoio à aquisição de bicicletas do Município de Lisboa e das respetivas regras de funcionamento.-----

----- Este programa faz parte e complementa uma série de medidas que a Câmara tomou para o desenvolvimento do uso da bicicleta enquanto meio de transportes, como a rede de ciclovias que está a ser amplamente desenvolvida.-----

----- Neste momento, Lisboa tem cento e cinco quilómetros, e até ao primeiro trimestre do próximo ano passará a ter mais setenta e seis, e acabou de ser anunciado estes dias pelo Senhor Presidente Fernando Medina, que, até final de 2021 iremos ter mais noventa e cinco quilómetros, e, após esta conclusão, Lisboa terá uma rede ciclável de aproximadamente duzentos e setenta e seis quilómetros.-----

----- O programa a ser aprovado, visa aumentar o uso da bicicleta enquanto meio de transporte, apoiando a sua aquisição, com os montantes de 100, 200, 350 e 500 euros, consoante sejam convencionais, adaptadas, de carga ou elétricas, transpondo as preocupações da Câmara Municipal de Lisboa em implementar medidas inclusivas, amigas do ambiente e que sirvam, simultaneamente, para ajudar a economia local. O apoio à aquisição de bicicletas adaptadas vai promover o uso deste meio por pessoas com mobilidade reduzida.-----

----- A abrangência desta medida é vasta, compreendendo não apenas os moradores em Lisboa, como todos os que cá trabalham ou estudam.-----

----- Neste ano em que Lisboa é a Capital Verde Europeia, esta medida representa um extraordinário instrumento para ajudar a regeneração do ambiente, e numa altura em que a covid-19 nos obrigou a todos a enfrentar o choque de perceber que nada será como dantes, o apoio à aquisição das bicicletas significa uma nova forma de viver a Cidade, e é nesse sentido que o partido socialista votará favoravelmente a proposta da Câmara Municipal.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, e prepara o Senhor Deputado Diogo Moura por favor.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Cumprimentar todos os presentes, cumprimentar o Senhor Presidente, o Senhor Vereador Carlos Castro, os Senhores Vereadores, o público presente e Caros Colegas.-----

----- O programa de apoio à aquisição de bicicletas que hoje nos traz aqui o executivo camarário, pretende promover o uso da bicicleta como meio de transporte individual por excelência, especialmente no âmbito da mobilidade escolar, com várias iniciativas em curso para a promoção da utilização da bicicleta na cidade.-----

----- Em relação a esta proposta, penso que, pouco haverá a dizer para além do óbvio, isto é, que se trata de uma excelente iniciativa camarária focada nos lisboetas e que, seguramente, nenhum grupo municipal se recusará a acompanhar...pelos vistos, alguns não irão acompanhar, como dizia eu, nenhum grupo municipal se recusará a acompanhar favoravelmente as medidas avançadas nesta proposta, que promovem a mobilidade sustentável em Lisboa e que, ao mesmo tempo, contribuem para a melhoria da qualidade do ar que respiramos e, conseqüentemente, para a saúde de todos nós.-----

----- Mas caros Colegas, quando felicitamos o executivo camarário, por nos apresentar soluções, que consideramos positivas, como é claramente o caso desta proposta para a mobilidade em Lisboa, que toma em conta, por um lado, as dificuldades financeiras dos lisboetas e, por outro, a necessidade de retirar cada vez mais veículos a combustão das nossas ruas, não quer isto dizer, necessariamente que concordamos com a política despesista e grande parte das vezes erradamente pensada e implementada na construção caótica de algumas pistas cicláveis, como foi o caso da pista ciclável na Avenida Guerra Junqueiro ou a pista ciclável “*pop-up*” na Avenida Almirante Reis, que os moradores e comerciantes daquela artéria se recusam a aceitar.-----

----- Para que não restem dúvidas, o MPT, como já em várias ocasiões, aqui o afirmámos, sempre foi favorável ao fomento da ECOMobilidade como modo de transporte baseado em opções sustentáveis, socialmente inclusivas e amigas do ambiente, como é o caso das bicicletas e dos veículos elétricos e híbridos, mas somos totalmente contra a implementação de ciclovias planeados e projetadas a régua e a esquadro, mas totalmente divorciadas da realidade no terreno.-----

----- Quanto às medidas avançadas na Proposta 383/2020 gostaria apenas de destacar duas, que considero muito acertadas e que contribuem largamente para o benefício dos municípios de Lisboa.-----

----- Uma visa estimular o comércio local, num contexto de retoma da economia ao privilegiar a adesão das lojas existentes, todas as lojas que queiram aderir no território do Município de Lisboa ao programa de apoio à aquisição de bicicleta- Trata-se, em nosso entendimento, de uma medida positiva que atenuará para muitos estabelecimentos comerciais de Lisboa, os efeitos negativos, da paralisação das atividades económicas na sequência das medidas de combate à pandemia do covid-19.-----

----- Acreditamos que a prioridade da Câmara Municipal de Lisboa deve ser, em primeiro lugar, apoiar as empresas que no seu território contribuem ativamente para a economia da cidade, com o pagamento de taxas, derramas e impostos.-----

----- A segunda medida desta proposta que gostaria de realçar prende-se com diferenciação pela positiva que a proposta faz em relação às pessoas com mobilidade reduzida ao possibilitar-lhes a aquisição de bicicletas adaptadas em condições especiais, trata-se em nosso entendimento de uma medida que promove a afirmação dos direitos das pessoas com deficiências de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Estratégia Europeia para a Deficiência 2010- 2020 que visa promover uma Europa sem obstáculos, e dar às pessoas com deficiência os meios necessários para que estas possam usufruir dos seus direitos e participar plenamente na sociedade na economia.-----

-----Termino, felicitando uma vez mais, o executivo camarário pela apresentação deste programa, informando que o Partido da Terra, irá acompanhar favoravelmente esta proposta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do CDS, Diogo Moura e prepara o Deputado que a Tiago Ivo Cruz.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Caros Deputados, boa tarde a todos espero que estejam de boa saúde.-----

----- Esta proposta de promoção e o programa de apoio à aquisição de bicicletas, que foi também subscrita pelo CDS, tem no nosso entender, por base duas premissas, por um lado o compromisso e o objetivo que já não é só Lisboa é do país, mas também europeu de uma mobilidade mais sustentável, não só para a melhoria da qualidade do ar, mas também para a redução do ruído e do tráfego e, obviamente, de forma alternativa ser um complemento àquilo que são os transportes públicos, e que, neste momento em particular estão condicionados, por causa da crise pandémica derivada da covid-19.-----

----- Este programa de apoio à aquisição de bicicletas, bicicletas cidadinas, tem aqui um ponto muito importante, porque estamos a falar daquelas que tem assistência elétrica, tendo em conta que Lisboa é uma cidade de colinas, e porque dá a possibilidade de adquirir bicicletas sejam de carga, sejam bicicletas convencionais, mas também bicicletas adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida, e portanto, parece-nos a nós que essa é uma mais-valia desta proposta.-----

----- Por outro lado, obviamente, uma ajuda à economia local, que nunca como agora precisa tanto de apoio. Esta proposta, de aquisição e o apoio que pode ser dado a cada cidadão que faça a aquisição destas bicicletas, cumprindo aquilo que são os critérios

que estão previstos neste programa e na proposta que hoje iremos aqui votar, estão apenas descritas aquilo que são as lojas de Lisboa dedicados ao tipo de venda destes veículos e, portanto, é uma forma, de nós podemos ajudar a nossa economia, a nossa economia local e, portanto, isso também é positivo e também fez com que nós subscrevêssemos esta proposta.-----

----- Contudo, consideramos que existe a necessidade de haver medidas complementares, nomeadamente, quando nós dizemos que queremos que a bicicleta seja uma alternativa à viatura particular e muitas vezes ao transporte público, é preciso criar incentivos, e foi por isso que na passada semana na quinta-feira, na Informação Escrita do Presidente, fizemos um desafio ao Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Medina, para que implementasse outras medidas, não só no âmbito da aquisição destas bicicletas, mas que de forma complementar, se pudesse tomar algumas iniciativas, quer no âmbito da EMEL, quer no âmbito de abate de veículos, em obviamente, em articulação com o Governo central e depois também com oferta de vários meses de passe social.-----

----- Para terminar, e sobre as propostas apresentadas pelo Deputado Rui Costa, dizer que o CDS não irá acompanhar, em primeiro lugar com a introdução do conceito de pessoa com mobilidade reduzida, ela é redundante, porque ele já existe, já está previsto, no n.º3 do artigo 3 deste mesmo programa.-----

----- Dizer também, que na questão dos valores e da majoração era preciso que a Câmara fizesse aqui um compromisso político de aumento destes valores, mas temos que perceber que quanto mais aumentarmos o valor e majoração, menos pessoas vão ter acesso a este programa, e depois a questão dos seguros, ou seja o seguro e a garantia destas bicicletas é dada pelo fabricante, diretamente pelo vendedor e depois quem tem que acionar a garantia é o comprador e não o Município de Lisboa e, portanto, não iremos acompanhar nenhuma das propostas apresentadas pelo Senhor Deputado.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Deputado do Bloco de Esquerda, Tiago Ivo Cruz e prepara um Deputado do PAN que não indicou quem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- Resgatar o espaço público ao transporte automóvel é bom para a cidade, e consideramos que o executivo faz bem em continuar esta política de incentivar a utilização de bicicletas, precisamos de mais ciclovias e mais ruas sem carros, para que as pessoas possam utilizar o espaço público em segurança e como distância social.-----

----- Já antes da pandemia, era bastante claro que uma cidade dependente do transporte automobilizado individual era bastante insustentável, os problemas do

espaço público, de falta de mobilidade, da poluição atmosférica, das doenças respiratórias já exigia uma visão alternativa ao carro, sabemos agora que temos de acelerar a visão que aposta nos transportes públicos e meios de mobilidade suave para podemos vencer a pandemia e temos alternativa ao transporte individual.-----

----- Não poderia deixar de lembrar que cultura do automóvel matou mais uma pessoa, há duas semanas e a cidade tem que ter um objetivo, zero mortes nas ruas e nas estradas, e o apoio à compra de bicicletas é um passo de enorme importância para alterar esta cultura de mobilidade perigosa.-----

----- O programa está bem desenhado, contempla diversos tipos de bicicleta, como as de carga e promove o comércio local, com a obrigatoriedade de comprar bicicleta no concelho de Lisboa, por isso votamos a favor desta visão da cidade e do direito à cidade.-----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra então um Deputado do PAN, que eu não tenho identificado, portanto, não sei quem é, pergunto Miguel Santos, Inês Real, e prepara o Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Portanto, a proposta, que já tinha sido anunciado anteriormente, parece genericamente equilibrada e vai no sentido da estratégia do PAN.-----

----- Tem a vantagem de incluir, para além dos residentes do concelho, também, pessoas que comprovem que trabalhar ou estudar em Lisboa, o que pode ser um estímulo a programas semelhantes nos concelhos vizinhos.-----

----- Também é uma proposta inclusiva no sentido em que, para além, das bicicletas convencionais se aplica a bicicletas elétricas, incluindo pessoas com mais idade, ou com condições físicas mais frágeis, bem como adaptadas a pessoas com necessidades especiais, acaba também por ser um incentivo ao comércio local, já que as lojas aderentes têm que ser de Lisboa e ter loja física, não refere que as marcas têm que ser de fabrico nacional, mas sinceramente, não sei se essa limitação não poderia restringir a escolha, pelo que, nesta fase parece-nos razoável, normalmente, vejo como um passo positivo, esta proposta sugiro uma proposta de intervenção, assertiva e positiva, baseada em trabalhos nossos anteriores, nomeadamente, na recomendação de bicicletas que não chegamos apresentar isoladamente, mas que anuncio publicamente a nossa opinião, e vai um bocadinho mais além, falando no passe navegante e desafiando a Câmara Municipal a apresentar uma proposta intermunicipal, para incluir a rede “Gira” no mesmo.-----

----- Nestes tempos de crise sanitária a cidade e o Município de Lisboa, enfrentam novos desafios, sobretudo até ser encontrada uma vacina ou outro medicamento, eficaz de combate ao covid-19, até lá, nós e todo o mundo terá de se adaptar e de

encontrar formas de retomar a atividade social e económica, com precauções e mantendo o devido distanciamento físico.-----

----- O incremento de modos de mobilidade suave na cidade, pode contribuir para a saúde pública e saúde individual, quer pela melhoria da qualidade do ar, quer porque permite o necessário distanciamento entre pessoas, sobretudo, se forem cumpridas, algumas regras que têm vindo a ser estudadas, aliás, a recente melhoria da qualidade do ar que não se deve a alterações estruturais na mobilidade e nos transportes, deve ser um incentivo para novas políticas e para o planeamento urbano, onde as ciclovias, a bicicleta e sua utilização.-----

----- Portanto, o PAN tem defendido desde sempre a bicicleta como meio de transporte alternativo e viável na cidade, tendo apresentado, três recomendações, sobre bicicletas e ciclovias, neste mandato, por todas estas razões, iremos o aprovar esta proposta.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, que dispõe do tempo do PPM, e prepara o Senhor Deputado Paulo Mucho.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados.-----

----- Duas notas sobre esta proposta de programa de apoio à aquisição de bicicletas.---

----- A primeira, para dizer que não se percebe como é que uma proposta com estes montantes não baixou a nenhuma das Comissões na Assembleia Municipal, seja a das Finanças, seja a da Mobilidade.-----

----- Por outro lado, lamentar, o facto de esta Assembleia ser posta na prática perante um facto consumado, dado que o programa entrou em vigor a 3 de junho, conforme anunciado, tal constituí um condicionamento à liberdade deste Parlamento poder discutir e votar de uma forma livre.-----

----- A segunda nota, já sobre a proposta propriamente dita.-----

----- Para dizer que isto é quase ou é mesmo uma irresponsabilidade. Numa altura em que se prevê uma crise sem precedentes, numa altura em que o Presidente da Câmara de Lisboa envia como hoje foi público uma carta ao Governo e ao Parlamento a pedir o aumento de 50% da capacidade de endividamento dos municípios, a possibilidade de recurso ao endividamento para despesas correntes, ou a suspensão da regra de equilíbrio orçamental, enquanto pede isto tudo, o mesmo Presidente da Câmara prepara-se agora para gastar 3 milhões de euros a participar a aquisição de bicicletas, não se percebe!-----

----- Pior, não tem a Câmara qualquer hipótese de controlar a eficácia desta despesa ou o cumprimento do objetivo do programa. Como é que a Câmara Municipal vai controlar que durante dois anos, as pessoas mantêm as bicicletas com prevê o artigo 10º? Vai deslocar-se lá casa? Vai mandá-los apresentar-se nos Paços do Concelho

com a bicicleta? Como garantem que as pessoas que não vivem, mas trabalham em Lisboa vão, de facto, usar a bicicleta adquirida com o apoio da Câmara para vir trabalhar e não apenas para passeios nos seus concelhos ao fim de semana, não garantem! É impossível de controlar! -----

----- Já quanto às obrigações dos estabelecimentos e parcerias destes com a Câmara, vemos coisas tão estranhas como criações de lugares de estacionamento na área pública ou privada ou mesmo a criação de ciclovias, ou então a alínea f) do artigo 11º “outros a designar” não sabe bem o quê, mas há de inventar qualquer coisa.-----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta proposta viola ainda o princípio da concorrência, como, aliás, demonstra o Deputado Rui Costa num dos remendos que propõe para, e passo a citar, “*mitigar eventuais efeitos restritivos à concorrência.*”-----

----- Esta proposta é irresponsável e é demagógica, e não há qualquer possibilidade de assegurar que os dinheiros públicos despendidos cumpram os objetivos, são três milhões de euros que se vão deitar pela janela numa altura de crise e dificuldades, votarei contra esta proposta, assim como todas as propostas de alteração que estão agendadas.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Muito boa tarde a todos.-----

----- Em primeiro lugar, saudar a Câmara Municipal de Lisboa por esta proposta, e se é verdade que estamos a entrar num período de crise económica e social, também é verdade que não podemos esquecer as outras crises que enfrentamos, nomeadamente a crise ecológica e as alterações climáticas, e é preciso também não esquecer que a dependência que a cidade de Lisboa tem do veículo particular e dos carros para as deslocações é o principal problema da cidade em termos de mobilidade, em termos de qualidade do ar, em termos de qualidade de vida, e, portanto, obviamente, que todas as iniciativas que promovam a utilização de meios de mobilidade suave, nomeadamente, bicicletas serão bem-vindas, e são e uma ótima forma da Câmara Municipal estimular a utilização de bicicletas, estimular o comércio local, estimular a economia da cidade e, portanto, naturalmente, que votaremos a favor desta proposta.--

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Eu pergunto à Câmara Municipal de Lisboa se quer encerrar o debate, tem um minuto para isso.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa quer usar da palavra?”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado a todos e muito boa tarde. -----

----- Apenas num minuto dizer, o seguinte, foi com grande gosto que vimos hoje os partidos da Câmara Municipal de Lisboa a contribuir, todos contribuíram com melhorias à proposta que foi discutida em Câmara, acho que foi uma prova que as mentalidades estão a evoluir no executivo municipal, nas várias forças políticas, onde a questão da mobilidade ativa e a mobilidade ciclável, ganham peso que deve ter numa cidade como Lisboa, não é uma bola de prata, não é solução única, mas faz parte do cardápio de soluções que a cidade deve adotar, devemos ter condições para que quem queira, quem assim decida posso andar de bicicleta em segurança na cidade de Lisboa, e daí o programa que nós temos de construção de ciclovias, de apoio às bicicletas, e também, uma terceira dimensão, que estamos a preparar, que é o reforço das instalações para estacionamento de bicicletas, quer aquelas que são abertas ao público, quer aquelas que dão acesso mais reservados.-----

----- Registo as intervenções políticas dos vários partidos... (*impercetível*). -----

----- Sobre a questão de apoio à aquisição de bicicletas, registo de facto, com grande importância, um grande envolvimento das forças políticas da cidade, com esta mensagem positiva gostaria de facto...” (*impercetível*) -----

----- (*Neste momento existiu dificuldades em se ouvir as palavras do Senhor Vereador Miguel Gaspar*).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu peço ao Senhor Vereador, de dizer de uma forma mais audível, eu peço que o faça.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Basicamente, acho que a mensagem era positiva, e só por isso estou a insistir na sua repetição, acho que com este apoio desta iniciativa política, com as várias forças políticas da cidade, estaremos em condições já no mês de agosto, começarmos o reembolso à população, e com isto o programa passa a ser efetivo, que é aquilo que a maior parte das forças políticas desejam, e é isso que importa sublinhar.-----

----- Muito obrigado, Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Vamos agora passar à votação.-----

----- Vamos começar com as propostas apresentadas pelo Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 028/DM IND Rui Costa/2020**. Votos contra: PS, PCP, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello

Gonçalves, abstenção: CDS-PP, PEV, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar, Miguel Graça e Raul Santos, votos a favor: PSD, BE, PAN e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta 028/DM IND Rui Costa/2020 foi rejeitada.** -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 029/DM IND Rui Costa/2020**. Votos contra: PS, PCP, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: CDS-PP, PEV, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Miguel Graça e Raul Santos, votos a favor: PSD, BE, PAN e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta 029/DM IND Rui Costa/2020 foi rejeitada.** -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 030/DM IND Rui Costa/2020**. Votos contra: PS, CDS-PP, PCP, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Patrícia Gonçalves e Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Miguel Graça e Raul Santos, votos a favor: PSD, BE, PAN, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta 030/DM IND Rui Costa/2020 foi rejeitada.** -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 031/DM IND Rui Costa/2020**. Votos contra: PS, CDS-PP, PCP, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Patrícia Gonçalves e Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: PSD, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Miguel Graça e Raul Santos, votos a favor: BE, PAN e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta 031/DM IND Rui Costa/2020 foi rejeitada.** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tendo sido rejeitadas todas as propostas de alteração apresentadas, vamos votar agora o ponto i) da parte deliberativa da Proposta 383/CM/2020, Programa de apoio à aquisição de bicicleta do Município de Lisboa.”-----

----- Vamos passar à votação do **ponto i) da parte deliberativa da Proposta 383/CM/2020**. Votos contra: PCP, PPM e dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, abstenção: PEV, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. **O ponto i) da parte deliberativa da Proposta 383/CM/2020 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 383/CM/2020** -----

----- **No último parágrafo da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) *"Económica D.08.01.02 e D.08.08.02; Código do Plano 44243. Foi emitido*

cabimento com o número 5320011906"(...); -----

----- Deve constar: -----

----- (...) "Económica D.08.08.02; Código do Plano 44243. Foi emitido cabimento com o número 5320011906/002."(...). -----

*----- **O Grupo Municipal PEV** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente à proposta n.º 383/CM/2020**:-----*

----- “Na 114ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 21 de Julho de 2020, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes absteve-se na Proposta nº 383/2020, que pretende proceder à implementação de um Programa de Apoio à Aquisição de Bicicleta do Município de Lisboa com efeitos a partir de 3 de Junho de 2020, no valor global de cerca de 3 milhões de euros, por considerar o seguinte:-----

----- É sobejamente do conhecimento público que o Partido Ecologista Os Verdes tem defendido desde sempre a bicicleta como um meio de transporte alternativo e viável ao automóvel, tendo apresentado vários projectos de Lei, na Assembleia da República, que previam a criação de um plano que defina a Rede Nacional de Ciclovias com o objectivo de garantir o direito a pedalar em segurança e contribuir para uma mudança definitiva do actual paradigma de mobilidade.-----

----- O PEV recorda que a AML já aprovou, sem votos contra, Recomendações do seu GM onde se apelava para a realização de “campanhas públicas de sensibilização das vantagens ecológicas do uso da bicicleta como meio saudável de transporte alternativo, sua divulgação junto de escolas e associações juvenis e de moradores”, a sua circulação em alguns transportes públicos, “a instalação de parqueamentos para bicicletas nas entradas de alguns serviços públicos, como bibliotecas, escolas ou jardins, incentivando os lisboetas a usarem a bicicleta nas suas deslocações de casa para os transportes públicos e para os seus serviços”.-----

----- Subsistem várias reservas nesta proposta no que concerne ao facto de ser um apoio indiferenciado do ponto de vista social e da condição socioeconómica daqueles que beneficiarem deste programa, sendo que o poder aquisitivo não está ao alcance de uma boa parte da população mais carenciada economicamente. Também ficam dúvidas de como se garante que quem desloca diariamente de transportes colectivos públicos do seu local de residência, maioritariamente em concelhos periféricos, para o seu local de emprego/estudo no Município de Lisboa adquiram as bicicletas para uso na cidade de Lisboa.-----

----- De referir ainda que não está previsto um registo de propriedade, o que impossibilitará a fiscalização do compromisso assumido pelo beneficiário de manter a propriedade da bicicleta por um período de 24 meses, bem como o facto de a este programa municipal poder ser aderente uma loja do comércio local como qualquer outra grande superfície comercial, contrariando um dos objectivos deste programa que pretende estimular o recurso ao comércio local nas lojas aderentes num contexto de retoma económica da cidade, na sequência das medidas de combate à pandemia de COVID-19.-----

----- Desta forma, o PEV tendo em conta as inúmeras reservas apresentadas e o facto de defender como desiderato que a circulação de bicicleta deve ser enquadrada numa

óptica de mobilidade sustentável e acessível a todos, independentemente da sua condição socioeconómica, levou-nos a votar abstenção na presente proposta.-----

*----- **O Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente à proposta n.º 383/CM/2020**:-----*

----- “Numa altura em que se antevê uma crise económica e social gravíssima, em que as receitas da Câmara irão diminuir, em que o Presidente da Câmara solicita ao Governo e Parlamento alterações legislativas para que a Câmara se possa endividar para fazer face aos problemas, não se compreende como é que a CML vai despende 3 milhões de euros a subsidiar aquisições de bicicletas.-----

----- Trata-se de uma inversão total de prioridades na gestão de dinheiros públicos.---

----- Por outro lado, o regulamento da proposta não permite controlar e verificar a eficácia da despesa face ao objectivo do programa. Na prática a CML vai financiar e não vai ter qualquer meio para fiscalizar, inclusive no que respeita à obrigação dos beneficiários de manter a posse da bicicleta por um período de 24 meses.-----

----- Considero a proposta 383/CM irresponsável e demagógica, razão pela qual votei contra a mesma, tendo também rejeitado todas as respectivas propostas de alteração.”-----

*----- **O Deputado Municipal Independente Rui Costa** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente à proposta n.º 383/CM/2020**:-----*

----- “Lisboa tem assumido o compromisso com a descarbonização da economia e com a redução de emissões de dióxido de carbono, numa estratégia alinhada com o combate ao aquecimento global. Nessa linha, tem sido promovida a utilização de velocípedes, seja através da oferta de um serviço público de bicicletas partilhadas, conhecido como “GIRA”, seja através da expansão da rede de ciclovias, num esforço assinalável e meritório.-----

----- A proposta em análise, visa apoiar a aquisição de bicicletas por particulares, através de um mecanismo de participação municipal, que funciona por reembolso mediante a apresentação da prova de aquisição dos equipamentos.-----

----- Esta política pública, é à partida louvável, não apenas pelo desígnio ambiental, como também por promover um modo de mobilidade individual cujas consequências da utilização são bem menos negativas que as decorrentes da utilização de outros meios individuais de mobilidade, designadamente em termos de emissões poluentes e ocupação do espaço público. Acresce a circunstância da crise pandémica, que criou receios de utilização dos transportes públicos, sendo esta medida um excelente meio de apoiar alternativas sustentáveis à utilização de transportes públicos.-----

----- No entanto, as Políticas Públicas, particularmente quando representam um esforço financeiro desta dimensão, devem poder demonstrar a sua eficiência, com mecanismos de controlo adequados. Lamentavelmente a proposta não é suficientemente robusta e não permite um controlo adequado da eficiência da despesa pública, o que pode sumariamente ser explicado pelos exemplos que se seguem:-----

----- a) Em primeiro lugar, dificilmente poderá o Município assegurar a fiscalização da obrigação de manutenção das bicicletas cuja aquisição é apoiada pelo período exigido de 2 anos (artigo 10.º, n.º 1), não se encontrando instituídos meios eficazes de

fiscalização (veja-se a ambiguidade do artigo 12.º, sobre cancelamento de apoios);---

----- b) Em segundo lugar, o âmbito alargado de beneficiários designadamente a trabalhadores e estudantes no Município, mas não residentes (artigo 3.º, n.º 3, artigo 4.º, n.º 3 e artigo 5.º, n.º 2), não assegura que as bicicletas sejam efectivamente utilizadas no território do Município de Lisboa, até porque há carência de ciclovias que assegurem a deslocação de e para concelhos limítrofes, não se perspectivando igualmente a sua construção, o mesmo se podendo dizer do transporte de bicicletas em transportes públicos;-----

----- c) Em terceiro lugar, as obrigações estabelecidas para os estabelecimentos comerciais aderentes são igualmente vagas, na sua formulação e sancionamento do incumprimento (artigos 11.º e 12.º).-----

----- Sem embargo desta apreciação prévia, entendi apresentar um conjunto de propostas de alteração, visando a correcção de alguns aspectos da Proposta, designadamente:-----

----- a) A definição do conceito de pessoas de mobilidade reduzida e a limitação dos apoios à aquisição de bicicletas adaptadas a estes beneficiários (Proposta 028/DM IND Rui Costa/2020 e Proposta 029/DM IND Rui Costa/2020), podendo na redacção da proposta serem concedidos tais apoios independentemente da circunstancia e prova da condição de mobilidade reduzida, tanto mais que os montantes de apoio são superiores, o que reforça ainda tudo quanto foi dito a propósito dos mecanismos de controlo de eficiência desta despesa e política pública;-----

----- b) O aumento do valor de apoios concedidos a beneficiários com mobilidade reduzida, considerando o custo mais elevado das bicicletas adaptadas e as obrigações constitucionais e internacionais de promoção de medidas especiais nesta matéria (Proposta 029/DM IND Rui Costa/2020);-----

----- c) O aumento do valor de apoios concedidos a beneficiários com rendimentos mensais inferiores a dois salários mínimos nacionais, considerando o esforço financeiro relativo na aquisição de bicicletas (Proposta 030/DM IND Rui Costa/2020);-----

----- d) A alteração da repartição da dotação da medida, que em vez de ser por tipo de veículo (artigo 2.º), passaria a ser por categorias de beneficiários, uma vez que optando-se por um mecanismo de atribuição de apoios que apenas considera a ordem de chegada de pedidos e esgotada a dotação, não haverá lugar a mais apoios, coloca em manifesta desvantagem os cidadãos com mobilidade reduzida, face à escassez de equipamentos e os cidadãos com menores rendimentos, considerando as naturais dificuldades de liquidez (Proposta 030/DM IND Rui Costa/2020). Esta proposta, para além da evidente justiça social, permitiria fundamentar a política pública em causa no domínio das atribuições e competências do Município em matéria de acção social;-----

----- e) Por último, considerando as restrições à concorrência ditadas pelas condições de acesso à implementação da medida por estabelecimentos comerciais, estabelecer a obrigação de os mesmos terem serviços de assistência e reparação de acesso geral pelo período é de dois anos, assegurando a existência de uma rede

destes serviços, sem a qual esta política pública será menos eficiente (Proposta 031/DM IND Rui Costa/2020).-----

----- Todas estas propostas foram rejeitadas, sendo que a sua aprovação contribuiria para uma maior eficiência da despesa pública e, sobretudo, para uma maior justiça social desta política pública.-----

----- A proposta, tal como foi aprovada, suscita assim sérias reservas de legalidade e mérito, supra enunciadas.-----

----- Mas o maior perigo desta proposta, na ausência de medidas de equilíbrio social, é criar a ideia de que as políticas públicas de utilização de bicicletas são meramente uma tendência de moda e não uma efectiva resposta à necessidade de mudar de paradigma. A proposta, pese embora não o fazer formalmente, cria todas as condições para privilegiar os titulares de rendimentos mais elevados no acesso à medida. Ao dar-se ao luxo de criar condições para tal exclusão social, a presente proposta criará ainda mais ruído e contestação à expansão da rede de ciclovias, criando a ideia de que a sua utilização é “para quem pode” e a utilização dos transportes públicos “para quem não pode”.-----

----- Por último, não deixa de criar perplexidade que esta proposta seja subscrita e louvada por forças políticas que deviam, face ao seu programa e discurso, ter preocupações de promover políticas sociais inclusivas. Já a subscrição e defesa da proposta por outras forças políticas mais à direita não surpreende, apenas surpreendendo a sua aprovação em órgãos autárquicos com uma clara maioria à esquerda.-----

----- Neste termos e com estes fundamentos, voto contra a proposta.”-----

PONTO 2. APRECIACÃO DO PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 339/CM/2020 - REGULAMENTO RELATIVO A CRIAÇÃO DE BENEFÍCIO A ATRIBUIR AOS ESTUDANTES DESLOCADOS EM LISBOA, ALOJADOS EM ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL EM QUE SEJA DEVIDA TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA G (1 X GRELHA B) – 1 HORA;-----

----- (O ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 339/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante) -----

PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE – RELATOR DM HUGO LOPES-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente – Relator DM Hugo Lopes fica anexado à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante).-----

PROPOSTA 026/DM IND RUI COSTA/2020-----

----- (A Proposta 026/DM IND Rui Costa/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante) -----

PROPOSTA 027/DM IND RUI COSTA/2020-----

----- (A Proposta 027/DM IND Rui Costa/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 114/02 (DM IND RODRIGO MELLO GONÇALVES)**
----- (A **Recomendação 114/02 (DM IND Rodrigo Mello Gonçalves)** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Vamos passar ao número dois da ordem de trabalhos, que é o ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 339/CM/2020, Regulamento relativo a criação de benefício a atribuir aos Estudantes Deslocados.-----
----- Há um Parecer feito pelo relator o Deputado Municipal Hugo Lobo.” -----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Pergunto à Câmara se quer apresentar esta proposta, por favor?-----
----- A Câmara prescinde de apresentar esta proposta, muito bem, não é necessário.-----
----- Pergunto ao Senhor Deputado Hugo Lobo, Relator deste Parecer, se quer apresentar este Parecer da 1ª Comissão?-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Deputado Hugo Lobo, pretende ou não apresentar este Parecer?”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Não, pretendo apresentar, muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Neste caso, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----
----- Senhoras e Senhores Deputados.-----
----- Não me dirijo à Câmara, porque não quis apresentar a proposta.-----
----- É que esta questão, como bem diz o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, devia ser resolvida por via de uma isenção, ainda assim optei por apresentar duas propostas de alteração, que não são remendos, são demais de material de justiça.-----
----- A primeira delas que equipara todos os estabelecimentos que prestem serviços de alojamento, parece-me no mínimo estranho que se faça uma proposta que é exclusiva para os estabelecimentos de alojamento local, há mais quem o faça, e há estabelecimentos de alojamento local que até praticam preços mais caros que hotéis ou hotéis que praticam preços mais baratos que alojamento local, e portanto, na génese desta proposta, terminarei já, está isso.-----
----- A segunda questão, é impensável não se falar em alunos do ensino secundário, e não se falar dos alunos do projeto Erasmus, portanto, há que alargar o âmbito de isenção, também eles não são aqui turistas e no ensino secundário, realço até o ensino profissional, que pode haver oferta só em Lisboa ou de cursos específicos do ensino secundário. Nessa medida, a proposta deve ser corrigida alargando o âmbito não só

estrangeiros e apátridas tendo em vista, especialmente a União Europeia, os cidadãos da União Europeia, estudantes do programa Erasmus, como também em relação aos alunos do ensino secundário.-----

----- E uma última nota, não se justifica o passe metropolitano, esta isenção tão abrangente, ou este subsídio tão abrangente, com o esforço que se fez pelo passe metropolitano não se justifica, e muito menos se justifica que este benefício seja concedido em termos, em que é negado o acesso à habitação no Município de Lisboa pelo regulamento de acesso à habitação do Município de Lisboa, isto é, quem tenha uma casa em Lisboa nos concelhos limítrofes não tem acesso ao direito à habitação, mas quem more na Amadora e queira ir viver num alojamento local para estudar em Lisboa tem direito a esta isenção, não é uma boa forma de gerir recursos públicos.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, eu tencionava fazer uma só intervenção, beneficiando, aliás, na cedência tempo do PPM, pelo que ponho à consideração, se já havia outras inscrições prévias à minha, eu intervenho na minha vez para o efeito.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu creio que pode assumir agora.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, mas acumulo os tempos e eu farei apenas uma intervenção.-----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados.-----

----- Esta proposta para devolver a taxa turística aos estudantes faz-nos regressar nesta Assembleia a dezembro de 2018, quando, na altura, dei a cara por uma proposta para isentar os residentes de Lisboa da taxa turística, como fazem, aliás, outras cidades europeias, mas também, em janeiro de 2019, quando esta Assembleia aprovou por unanimidade, uma recomendação apresentada pelo PEV propondo a isenção da taxa turística aos estudantes.-----

----- Nessas discussões, a Câmara comprometeu-se na altura a estudar as situações, mais de um ano e meio depois continuamos na mesma e nada foi feito! E chegamos agora a esta proposta para criar um apoio, que na prática visa devolver o montante pago da taxa turística aos estudantes ou seja, o estudante paga o estabelecimento entrega à Câmara, o estudante pede o reembolso e a Câmara devolve o dinheiro.-----

----- Não podia, de facto, haver melhor maneira de ilustrar a burocracia estatizante e de esquerda, põem-se três entidades a despender de tempo e recursos para que, no fim, tudo volta ao início e fique na mesma, e isto acontece, porque a Câmara não acautelou a situação apesar dos alertas em devido tempo, inclusive nesta Assembleia, isto é uma espécie de tributo a primeiro e pergunta depois.-----

----- Dito isto, e porque é de toda a justiça que os estudantes sejam ressarcidos votarei favoravelmente a proposta, e é para evitar este tipo de situações ocorram que apresento a Recomendação para que a Câmara Municipal avance de uma vez por todas, com a análise das isenções que sejam justas ou façam sentido com vista a consagrá-las no Regulamento Geral de Taxas.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Para este ponto tenho inscrito o Senhor Deputado Sobreda Antunes, Hugo Lobo, José Inácio Faria, Francisco Camacho, Isabel Pires, o PAN e o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, que já usou da palavra.-----

----- Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV por favor, e prepara o Senhor Deputado Hugo Lobo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário e muito boa tarde.-----

----- Com a presente Proposta nº 339 de 2020, a Câmara pretende criar um “Apoio aos Estudantes Deslocados”, o qual consiste na atribuição de um auxílio económico àqueles que se veem obrigados a recorrer a estabelecimentos de alojamento local, e a quem é requerido o pagamento do valor da Taxa Municipal Turística.-----

----- O que não deixa de ser caricato é, durante o debate da proposta na reunião de Câmara Municipal de Lisboa do passado dia 18 de junho, o Senhor Presidente se vir regozijar por ter obtido consenso com Vereadores da oposição na preparação desta proposta.-----

----- Pois para “Os Verdes” o que é ainda mais curioso é o facto de há um ano e meio, mais concretamente em 22 de Janeiro de 2019, a Assembleia Municipal de Lisboa ter aprovado por unanimidade uma recomendação do PEV para a ‘Isenção do pagamento da Taxa Turística de dormida aos estudantes’, e a Câmara nunca ter decidido avançar com este projeto.-----

----- Nela o PEV propunha que a CML avaliasse “*o universo de estudantes deslocados que se encontram a recorrer a alojamento local ou hostel*” e que, em consequência, procedesse à “isenção do pagamento da taxa turística de dormida aos estudantes deslocados que, comprovadamente, se encontram a estudar em Lisboa”.-----

----- Em paralelo, o PEV sustenta que a prioridade deve ser dada à criação de respostas públicas a nível de habitação para estudantes, uma vez que há falta de oferta e que os valores praticados são muito elevados, o que lhes retira condições para que os alunos possam prosseguir os seus estudos na capital. Mas até este princípio básico está omissos nos considerandos da proposta de Câmara.-----

----- Claro que, mais uma vez, lamentavelmente o PS continuou a fazer ‘orelhas moucas’ às deliberações desta Assembleia, por isso, daqui também o nosso devido agradecimento ao CDS, por ter recuperado em Câmara a recomendação de “Os Verdes” que a vereação do PS decidiu esconder na gaveta há ano e meio.-----

----- Como diz o ditado popular ‘*Cá se fazem, cá se pagam*’-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Hugo Lobo, do Partido Socialista e prepara o Deputado do MPT, José Inácio Faria.-----
----- Deputado Hugo Lobo, por favor.”-----
----- *(Por dificuldades técnicas o Deputado Municipal Hugo Lobo do Partido Socialista, não foi possível fazer a sua intervenção)*-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Neste caso, pergunto alguém do Partido Socialista se quer usar da palavra?”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Secretário, muito obrigado.”-----
----- Nós do Partido Socialista aguardaremos pelas restantes intervenções e tentaremos que a ligação do Senhor Deputado Hugo Lobo melhor, e à cautela não sendo possível, cederá o nosso tempo à Câmara Municipal.-----
----- Aguardaremos, pela intervenção do Senhor Deputado.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado.”-----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, e prepara o Deputado Francisco Camacho.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.”-----
----- É só para informar que a Deputada Aline, cedeu graciosamente dois minutos do seu tempo, muito obrigada Aline.-----
----- Senhor Presidente, Senhor Vereador Carlos Castro, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----
----- Lisboa é a cidade que concentra o maior número de instituições no ensino superior e onde estudam cerca de 120.000 alunos por ano, sendo que, desses cerca de 42.000 são deslocados. A carência habitacional, em especial, a preços acessíveis é um problema que muitos lisboetas enfrentam é certo, mas é também um problema a que muitos estudantes provenientes de outras regiões do país ou mesmo de fora de Portugal não são alheios, situação agravada pela carência de vagas em residências universitárias e pelo aumento das rendas potenciado pela pressão turística que a cidade de Lisboa tem testemunhado nos últimos anos.-----
----- De acordo com a plataforma Observatório do Alojamento Estudantil, lançado este mês pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, e que disponibiliza

em tempo real a informação validada sobre a oferta de alojamento disponível em cada concelho, é possível verificar qual o preço médio de arrendamento de um quarto freguesia a freguesia.-----

---- Assim, e a título de exemplo, considerando a oferta, referente a julho de 2020 e sabendo que, desde outubro de 2019, o preço médio dos quartos desceu cerca de 8.3% em Lisboa, temos que: na Freguesia de Alvalade, onde se encontra a Cidade Universitária, o preço médio de um quarto é de cerca de 352 euros por mês. Na Freguesia de Benfica onde se encontra o Instituto Politécnico de Lisboa, um quarto custa em média, cerca de 330€ e por mês, na Freguesia de São Domingos de Benfica Freguesia contígua à de Benfica, o preço médio de um quarto é de cerca de 353€ mensais, enquanto na Freguesia do Areeiro, onde se localiza o Campus da Alameda do Instituto Superior Técnico, o custo mensal médio por um quarto é de cerca de 362€ e na Freguesia da Ajuda, junto do Polo Universitário, o preço médio de um quarto é mais acessível ainda que atinge os 295€ por mês.-----

----- Quero reforçar que estes dados que apresentei são custos médios mensais, referente apenas a um quarto.-----

----- E é assim que vamos constatando que estudar em Lisboa sai caro e arrendar um quarto em condições dignas, não é para a carteira de todos. E é por estes motivos que há um número cada vez maior de jovens estudantes que sem capacidade financeira para arrendar um quarto em regime permanente encontram, por exemplo, em *hostels* uma solução precária, mas ainda assim, mais económica para garantir a sua estada em Lisboa, enquanto concluem os seus estudos no ensino superior.-----

----- Este não é um problema apenas do momento, mas recorrente e que tem vindo a ser acompanhado pelo MPT há vários anos, e que inclusivamente foi alvo de uma recomendação que este Grupo apresentou nesta Assembleia em janeiro de 2019.-----

----- E a verdade é que, em 2019 propusemos aqui entre outras medidas, uma alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, que visassem a isenção da aplicação da taxa turística de dormida a hóspedes que dessem prova de frequentarem o ensino superior. E para registo futuro cumpre dizer que a medida por nós apresentado na Recomendação n.º 50/02 intitulada “Recomendação pela isenção da aplicação da taxa turística de dormida a estudantes universitários lisboetas e profissionais”, não passou o crivo desta Assembleia, contando com os votos contra do PS, do Bloco de Esquerda e de seis Deputados Independentes, mas é sem mágoa que hoje saúdo a proposta que resulta de uma parceria concertada entre os Vereadores do CDS, e o executivo camarário do PS e do Bloco de Esquerda.-----

----- Mas voltando à proposta em análise, esta visa a concessão de auxílio económico a estudantes hospedados em estabelecimentos de alojamento local, em que seja devida a taxa municipal turística sobrepondo, de acordo com o Regulamento a aprovar, o reembolso mensal do valor pago pelo beneficiário desta medida.-----

---- Ora apesar de ver com regozijo uma iniciativa desta natureza, não podemos no entanto, deixar de concordar com as alterações sugeridas pelo Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, uma vez que a Recomendação 114/02, vai ao encontro da

posição do MPT, refletida na Recomendação que tivemos oportunidade de apresentar em janeiro 2019 e que acabei de referir, no sentido em que propõe uma revisão do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas relativamente à taxa municipal de dormida, com o propósito, de prever situações que possam ser objeto de isenção por oposição à proposta da Câmara que não isenta mas antes prevê que o beneficiário seja reembolsado das suas despesas.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado do CDS, Francisco Camacho, por favor e prepara a Deputada Isabel Pires.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Camacho (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.”-----

----- Quero por começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores aqui presentes, os Senhores Deputados Municipais.-----

----- Efetivamente o CDS é um dos subscritores da presente proposta em conjunto com o Senhor Vice-Presidente da Câmara de Lisboa.-----

----- Esta proposta, inclusive nasce de uma iniciativa do CDS-PP apresentada numa reunião em janeiro de 2019, ou seja a ano e meio atrás, apoio em particular, aquando desta discussão em torno da aplicação desta mesma taxa turística posicionar-nos sempre no sentido de não onerar os estudantes deslocados para o pagamento e cumprimento desta taxa e, portanto, tivemos já aqui um historial em sede camarária também em Assembleia Municipal, e no fundo, esta proposta tem o propósito de aliviar a despesa de uma parte significativa dos jovens e dos estudantes que estão a estudar na cidade de Lisboa.-----

----- Sabemos que o custo de vida na cidade tem presente diversas componentes, despesa, alimentação, transportes, o próprio custo da propina o que a torna efetivamente um preço elevado o estudo em Lisboa no ensino superior, mas sabemos também que a habitação comporta aqui uma das componentes que limitam mais o acesso ao ensino superior, essencialmente, porque a cidade de Lisboa não tem uma oferta de habitação generalizada, a custos acessíveis para quem quer vir estudar para Lisboa e torna-se o encargo indiscutivelmente avultado, para os estudantes e para as suas famílias, e esse respeito também é muito importante destacar que, apesar disto passar muitos percebido na dinâmica da vida de Lisboa, efetivamente Lisboa é a maior cidade universitário do país. Não só concentra o maior número de instituições de ensino superior, como também concentra o maior número de estudantes e de onde está com quarenta e dois mil estudantes deslocados, com base em dados bastante recentes.-----

----- Na proposta em discussão, a Câmara passa a ter o dever de aliviar aquilo que são despesas mensais para aqueles que optem ou melhor para aqueles que se vejam obrigados a residir a ficarem em alojamentos, hospedados em alojamento local, onde

incide automaticamente, esta taxa turística, esta taxa de dormida.-----

----- Temos vários estudantes a viverem em *hostels*, noutros alojamentos similares, a configuração de alojamento local e que até hoje têm sido obrigados a pagar a taxa turística. Este é um cenário de peso na despesa que vem-se agudizar precisamente nesta circunstância infeliz que vivemos de cenário de crise pandémica económica e, portanto, e portanto, esta proposta que ainda que desejássemos de alguma forma que tivesse sido apresentado há mais tempo vem a debate em tempo útil e vê luz do dia.---

----- Nesta proposta de estudantes deslocados permitam-me só fazer alguns comentários em nome do CDS-PP face às três propostas de alteração que chegaram à Mesa da Assembleia Municipal e que nós tivemos acesso.-----

----- Em primeiro lugar, as duas propostas do Senhor Deputado Municipal Rui Costa, a primeira das alterações que é sugerida até são bastante condizente com aquela que é a proposta inicial do CDS-PP e, portanto, merecerá a nossa concordância e o nosso voto favorável.-----

----- Quanto à segunda proposta que respeita a alteração do artigo 4.º do Regulamento, o nosso entendimento já não é o mesmo, ao se propor este apoio e esta isenção não pode passar a ser atribuída, o Senhor Deputado procura que ela não seja atribuída a quem tenha residência no concelho da Área Metropolitana de Lisboa, ora esse não é o espírito da proposta que apresentámos, estamos a restringir e afastar múltiplos casos de estudantes que têm necessidades efetivas de habitação em Lisboa, não só pela dimensão da Área Metropolitana de Lisboa, mas, sobretudo, porque nos parece que cabe por ignorar as necessidades educativas e as rotinas necessárias aos estudantes que frequentam o ensino superior. Desde logo, não só os alunos que tenham aulas até mais tarde, há aqueles que frequentam cursos em regime pós laboral, ou que pretendem simplesmente estender os seus períodos de estudo por necessidades comuns a qualquer estudante, não só veem-se confrontados com um período transporte já por si longo e ainda dentro da Área Metropolitana de Lisboa e em alguns casos, perante a oferta existente que é escassa, podem ver-se confrontados com dificuldades sérias no seu regresso.-----

----- Estamos a falar só a título, de exemplo, de circunstâncias de estudantes que tenham residência em Sesimbra, isto tudo é em Lisboa, num dia otimista, num dia positivo em que os transportes públicos não tenham qualquer tipo de atraso e não se confrontem com horas de ponta e trânsito conseqüente um aluno demora, aproximadamente uma hora no melhor dos transportes públicos existentes, se tiver azar de apanhar o outros transporte público alternativo demorará hora e meia e, portanto, estamos a falar num mínimo de duas horas em deslocações, e que fala dos casos de Sesimbra pode falar de um estudante que tenha uma residência numa zona rural do Montijo, da Moita, no próprio concelho de Setúbal, onde a oferta é muitas vezes insuficiente para as necessidades que existem.-----

----- Portanto, não faz sentido, segregar os alunos que precisam deste apoio, somos apologistas que os estudantes deslocados não devam pagar e ponto final esta taxa turística, este é o nosso princípio e uma aplicação sem discriminações ao universo estudantil e, portanto, também não acompanhamos a condição de recurso que é

apresentado a nível circunstância económica de recursos económicos, pois, este é o nosso ponto de princípio no acesso ao ensino superior e à habitação.-----

----- Dizer ainda em relação e muito rapidamente, de que à proposta do Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, que a acompanhámos porque, efetivamente nesta discussão, temos sido sempre favoráveis à existência de uma maior abrangência de isenções, tendo em atenção a necessidade real e justificada e os lisboetas também poderão ter circunstâncias neste caso, portanto, saudando hoje a proposta que vem à Assembleia Municipal, onde somos subscritores, onde nos parece que o mecanismo reembolso avizinha-se como indicado, porque permite uma fiscalização maior e mais atenta, congratulamos esta proposta que vem aqui.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda Isabel Pires, e prepara Miguel Santos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Boa tarde a todos e a todas.-----

----- Bem algumas notas sobre a proposta e sobre o debate que se gerou relativamente a esta proposta.-----

----- O Bloco de Esquerda, mesmo na Câmara acompanhou esta proposta, estamos a falar da criação de um benefício para estudantes deslocados, que também tem muito a ver com uma situação de crise que estamos a passar e que, obviamente, que tal como em outras matérias, estamos a ter, enfim, quando decisores políticos alguma atuação relativamente a determinados setores mais vulneráveis nesta situação.-----

----- Mas dizer também, que não é uma isenção ou a criação de benefícios estudantes que vai resolver o problema geral e que é de há décadas de estudantes deslocados, porque já agora e ouvindo até a última intervenção que me antecedeu, até parece que o problema do acesso à habitação no ensino superior tem a ver com a taxa turística não tem, tem a ver durante os últimos anos, por exemplo, na cidade de Lisboa, mas também noutras cidades com o papel que a especulação imobiliária e a subida de preços teve para termos agora estudantes que tenham que estar perante o pagamento presente de trezentos e cinquenta, quatrocentos euros por um quarto, para poderem fazer os seus estudos. O problema da habitação no acesso à habitação no ensino superior é a falta de residências universitárias em Lisboa, tal como também noutras cidades, mas somos agora na cidade de Lisboa e essa falta de residências, universitárias é crónica na cidade de Lisboa, que é uma das cidades que tem mais estudantes a nível nacional e, portanto, parece-nos que, obviamente, sem prejuízo de podermos responder de um ponto de vista mais concreto, mais específico a um problema muito bem identificado, que tem a ver com isto, não nos podemos eximir de pensar que o que não é normal é que estudantes tenham que recorrer a hotéis e *hostels*,

a alojamento local, para poderem estar numa cidade a fazer os seus estudos, essa sim, é a raiz do problema, nenhum estudante deveria sequer ter que recorrer a este tipo de habitação, se assim o quisermos chamar para poder fazer os seus estudos, e, portanto, é preciso e creio que tanto mais num momento de crise como aquele que nós atravessamos de olhar para este problema como aquilo que ele é.-----

----- É um problema de habitação e não o problema de taxas turísticas, porque o princípio de que estudantes estejam a ter que utilizar estabelecimentos turísticos para poderem fazer a sua vida de estudante na cidade de Lisboa, essa sim, essa premissa sim é que está errada e, por isso é que, ao longo de vários anos também temos apresentado propostas que combatem a especulação imobiliária, a subida de preços e que aumentem a oferta de residências universitárias, porque isso sim é que é relevante para a resolução deste problema.-----

----- Sobre a Recomendação do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, nos tínhamos uma questão se ainda tiver tempo para depois, responder percebendo o objetivo da sua proposta, aquilo que não fica claro na parte resolutiva da mesma é que isto abre azo para que esta tal revisão de que o Senhor Deputado fala, possa dizer respeito a isenções que não aquelas que nós estamos neste momento, aqui a falar que tem a ver com estudantes universitários e, portanto, oferece-nos aqui alguma dúvida, porque a parte resolutiva não é, de facto clara nessa matéria, mas queríamos perguntar-lhe qual é que é, de facto, o objetivo que está por trás desta proposta em discussão de revisão relativamente a este Regulamento, e terminava por aqui.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Para o Grupo Municipal do PAN, embora se perceba a bondade da proposta no sentido de devolver aos estudantes a taxa turística, para que quando alugam para viver durante os períodos escolares estabelecimentos de alojamento local, não entendemos o porquê de não se alterar o regulamento das taxas e a taxa turística não ser aplicada a estudantes, pois a mera alteração do regulamento iria permitir a simplificação dos procedimentos, pois deixaria de haver lugar a uma série de burocracias necessárias para que a presente proposta se concretize.-----

----- A nossa outra preocupação residia precisamente na questão de abrangesse todos os estudantes, mesmo que residentes nos concelhos vizinhos de Lisboa, e com ela confinantes, e ainda porque em momento algum se tem em consideração os rendimentos do agregado familiar.-----

----- Para nós, esta proposta parece-nos pouco estruturada, embora com boas intenções.-----

----- As alterações apresentadas quer pelo Deputado Rodrigo Mello, quer pelo Deputado Rui Costa vêm de facto completá-la.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- A Senhora Deputada Isabel Pires fez uma questão muito direta ao Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, pergunto a este último se pretende intervir?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Se puder, fá-lo-ei.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos tempo, mas seja muito rápido.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É muito rápido.-----

----- O objetivo da recomendação, é que se proceda a uma revisão do regulamento da taxa turística, e que se pense sobre isenções que fazem sentido e, portanto, responde diretamente à questão, não é só esta dos estudantes é outra, que por exemplo, já discutimos em tempos nesta Assembleia, no caso de haver um realojamento em Lisboa, não faz sentido que as pessoas de Lisboa, que tenham que ir para um hotel paguem uma taxa turística.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto à Câmara se quer encerrar o debate, porque não há mais inscrições?-----

----- Perdão, Senhor Deputado Hugo Lobo, já está em condições de falar?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Primeiro Secretário, o Partido Socialista cede o tempo à Câmara e, aliás, entende, que face aquilo, que foi referido durante o resto do debate, não deslumbra nenhuma necessidade, com o devido respeito, as propostas são o que são e, portanto, expressaremos o nosso sentido de voto na votação, muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra a Câmara Municipal de Lisboa, por favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Foi um conjunto de intervenções muito interessantes e muito pertinentes, relativamente a esta proposta que, no fundo é objetiva quanto aquilo que visa que é, apoiar de facto os estudantes deslocados que se encontram na cidade de Lisboa, penso que não vale a pena estarmos aqui com mais considerações, uma vez que vários dos Deputados que intervieram manifestaram as várias circunstâncias com que lidamos no país, mas especialmente aqui na cidade de Lisboa, que é uma cidade universitária e

que, naturalmente, que nós Câmara valorizámos muito esta dimensão e, por isso, mesmo por valorizar esta dimensão, temos bem presente a necessidade de termos esta proposta, e não vou aqui entrar na lógica da competição com o Senhor Deputado Sobreda Antunes, nem com o Senhor Deputado do CDS, mas, no fundo, aquilo que nos traz aqui é, de facto, apoiar aqueles estudantes deslocados que aqui estão a estudar, e com esta proposta, garantir um apoio.-----

----- Relativamente às recomendações, à recomendação neste caso, do Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, vale a pena recordar que já foi alterada recentemente, e portanto, o aumento da taxa turística para dois euros, houve alteração do ponto de vista das normas relativas à taxa turística.-----

----- Quanto às propostas do Deputado Rui Costa, o legislador deixou de fora apenas os estabelecimentos turísticos, entenda-se hotéis, e quanto à questão da Proposta 27, há aqui uma necessidade de só ter a especificidade do documento que pode ser perfeitamente o passaporte e, portanto, salvaguardar aqui toda as especificidades dos elementos envolvidos.-----

----- Muito obrigado, Senhor Secretário.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, e não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, vamos à votação”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, na sequência então da intervenção do Senhor Vereador Carlos Castro, julgo que seria útil então, que na votação da Proposta n.º 27 se tivesse em conta o documento de identificação passaporte, e eu procederia à alteração da acrescentando passaporte.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, é uma alteração que está a ser anunciada de viva voz, devem ter isso em conta na votação.-----

----- Vamos então passar às votações.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 026/DM IND Rui Costa/2020**. Votos contra: PS, abstenção: BE e Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 026/DM IND Rui Costa/2020 foi aprovada por maioria**.-----

----- **(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre nesta votação)**-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 027/DM IND Rui Costa/2020**. Votos

contra: CDS-PP, PCP, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: BE e do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, PAN, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 026/DM IND Rui Costa/2020** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **(Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar nesta votação)**

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 339/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 339/CM/2020** foi **aprovada por maioria, com as alterações introduzidas pelas propostas anteriormente aprovadas**.-----

----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 339/CM/2020** -----

----- No considerando VI: -----

----- **Na alínea c):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*atribuídas aos Municípios*"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*atribuídas aos órgãos dos Municípios* (...)". -----

----- **Na parte deliberativa:** -----

----- **Ponto 1:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*em que seja devida a Taxa Municipal Turística;*"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*em que seja devida a Taxa Municipal Turística, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.*"(...). -----

----- **No Regulamento:** -----

----- **No parágrafo anterior à Secção I:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*é aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa, ao abrigo da alínea g) do artigo 25º*" (...) "*na definição do Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto, e define*" (...) "*pelo D.L. nº. 4/2015, de 07 de janeiro.*" (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*é aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa através da Deliberação nº. .../AML/2020, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 25º*" (...) "*na definição do Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual, e define*" (...) "*pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual.*" (...). -----

----- **No artigo 1º** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "do artigo 33º, todos do anexo I"(...). -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "do artigo 33º, na alínea g) do nº 1 do artigo 25º, todos do Anexo I"(...). -----

----- **Na epígrafe do artigo 4º:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "Datas e condições de candidatura"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "Condições de candidatura"(...). -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 114/02 DM IND Rodrigo Mello Gonçalves**. Votos contra: PS, abstenção: BE e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Miguel Graça, Patrícia Gonçalves e Paulo Muacho, votos favor: PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 114/02 DM IND Rodrigo Mello Gonçalves** foi aprovada por maioria.-----

----- **PONTO 3- APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 414/CM/2020 - ISENÇÃO DOS COMERCIANTES DO PAGAMENTO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DE CAMPO DE OURIQUE E DA RIBEIRA NO PERÍODO ENTRE 1 DE MARÇO E 30 DE JUNHO DE 2020, NO ÂMBITO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA, AO EMPREGO E ÀS EMPRESAS NO PERÍODO DE PANDEMIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 16.º, N.º 2, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, COM DISPENSA DE CONSULTA PÚBLICA POR MOTIVOS DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ARTIGO 100.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (O **Ponto 1 da parte Deliberativa da Proposta n.º 414/CM/2020** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 3 da nossa ordem de trabalhos, que é o ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 414/CM/2020, Isenção dos comerciantes do pagamento de taxas de ocupação dos mercados municipais de Campo de Ourique e da Ribeira.-----

----- A Câmara quer intervir?-----

----- A Câmara não quer intervir.-----

----- Há alguém inscrito? Alguém pediu a palavra?-----

----- Se ninguém pediu a palavra vamos passar à votação.”-----

----- Vamos passar à votação do **ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 414/CM/2020**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e

Teresa Craveiro. O ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 414/CM/2020 foi aprovado por unanimidade.-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA ÚLTIMA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 344/CM/2020 - VERSÃO FINAL DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR 1 – ZONA CENTRAL, PLATAFORMA PANORÂMICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NO N.º 1 DO ARTIGO 90.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO; GRELHA G (1 X GRELHA B) – 1 HORA;**-----

----- (A Proposta n.º 344/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE – RELATOR DM MÁRIO PATRÍCIO;**-----

----- (O Parecer da 3ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 114/03 (3.ª CP);**-----

----- (A Recomendação n.º 114/03 (3.ª CP) fica anexada à presente Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto 4, última parte deliberativa da Proposta n.º344/CM/2020, versão final de alteração do plano de pormenor 1, Zona Central, Plataforma Panorâmica.-----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar esta proposta n.º 344?-----

----- Esta proposta também tem aquelas correções materiais, que foram comunicadas.-

----- Há um parecer da 3ª Comissão, pergunto ao Senhor Deputado Mário Patrício se quer intervir como relator?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, eu penso que o Senhor Deputado Relator dispensa a apresentação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, portanto, o Senhor Deputado Relator dispensa a apresentação, há alguém inscrito? Há o Senhor Deputado Rui Costa, que está sinalizado, então se faz favor, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente era só para colocar uma questão ao Senhor Vereador, no sentido de saber, e portanto, estamos a falar, a propósito da diminuição do número de lugares de estacionamento neste ponto, o que eu queria saber é se os particulares vão dar alguma compensação em substituição dos lugares de estacionamento de que a Câmara prescinde por via da alteração do regulamento, espaços verdes ou outra coisa

qualquer, equipamentos, é só isso.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dou a palavra ao Senhor Deputado Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhor Vereador.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- A minha pergunta vai muito no sentido daquilo que foi a questão levantada pelo Deputado Independente Rui Costa, ou seja, nós temos uma alteração dos parâmetros e do número de estacionamento que é necessário para esta zona, para este plano de urbanização da Expo, que junta vários planos de pormenor, devidamente seis, e a verdade é que eles mudaram com a revisão do Plano Diretor Municipal, ou seja, o que hoje está em vigor é uma redução drástica dos lugares de estacionamento previstos. ---

----- A nós preocupa-nos, nomeadamente na zona do PP1 e do PP2, nós estamos a falar da zona do Oceanário, a zona da *Altice* Arena, do Pavilhão do Conhecimento e, portanto, são todos zonas que hoje em dia como todos nós sabemos, até por experiência própria são zonas muito críticas em altura de eventos, e muitas vezes também com a FIL, em eventos em simultâneo e, portanto, parece-nos a nós que, em certa parte, compreendemos que são escassos o estacionamentos que estão previstos na atual redação publicada no PDM, contudo tem que se olhar para esta zona num ponto de vista coletivo e não individual, plano de pormenor, plano pormenor que, aliás, foi isso que foi previsto quando se fez o plano de urbanização para a realização da Expo 98, portanto, esta leitura macro e não uma leitura micro de plano a pormenor a plano de pormenor.-----

----- Outra questão, que nós gostaríamos de levantar e que em suma fundamentará o nosso voto contra, é que existiam alguns promotores que tinham que dar como contrapartida à Câmara lugares de estacionamento público, ora, esses vários promotores, nomeadamente, no lote 1.11 exatamente, estamos a falar de mil quinhentos e trinta lugares, estes lugares não serão dados a Câmara, porque, neste momento é aplicado o Plano Diretor Municipal em vigor. E o que não se prevê nesta Proposta e é aí que nós não concordamos, Senhor Vereador, é que não há outro tipo de contrapartida para o Município de Lisboa em particular para os moradores da zona do Parque das Nações, ou seja, eles acabam por ser sancionados com aquilo que era uma contrapartida devida destes promotores e dos proprietários à Câmara Municipal de Lisboa, em suma, à cidade de Lisboa e, em particular à comunidade do Parque das Nações, e a verdade é que com a aplicação das regras atuais do PDM, não só cai essa necessidade dos rácios de estacionamento, mas que, e que nós compreendemos pela aplicação do PDM, o que não conseguimos compreender é que não haja efetivamente uma outra contrapartida para a cidade de Lisboa, e portanto Senhor Vereador, queríamos perceber o porquê de não haver esta contrapartida, sendo que não havendo

a mesma, nós não poderemos acompanhar favoravelmente esta proposta.-----
 ----- Muito obrigado.”-----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção -----
 ----- “Está também inscrito o Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN, a quem dou a palavra.”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Eu passo, Senhor Presidente.”-----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Muito obrigado.-----
 ----- Portanto, dou a palavra ao Senhor Vereador.”-----
 ----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Senhores Deputados Rui Costa e Diogo Moura, muito obrigada pela vossa questão.-----
 ----- Não está efetivamente prevista uma compensação pela redução de lugares de estacionamento, o converter essa compensação pela redução de lugares de estacionamento em espaço para equipamento de utilização coletiva aos espaços verdes, também não se afigura adequado uma vez que estamos na presença dum plano de pormenor e onde está completamente estabilizado o desenho urbano, ou seja, o plano em si desenha o número de lugares que entende que são necessários. Os lotes para equipamentos, os espaços verdes e, portanto, toda essa ponderação dimensionamento e localização foi satisfeita na altura em que o plano foi elaborado, e foi discutido e depois aprovado, portanto, aqui não se trata de criar uma vantagem trata-se de adequar a provisão à necessidade, uma vez que todos sabemos que a construção de caves que depois não têm um aproveitamento em estrutura edificada com o consumo de materiais, que tem uma forte pegada ecológica e que não tenha esse sentido de utilidade, não se nos afigura necessário e razoável, portanto aqui a lógica é a de adequar o princípio da proporcionalidade, e portanto, não havendo a necessidade já decorrida a monitorização da execução deste plano, portanto, desobrigar dessa construção, desse número tão significativo de lugares que já existem em excesso, é esse o nosso esclarecimento”-----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “O Senhor Deputado Rui Costa, pediu a palavra para um pedido de esclarecimento, portanto eu dava-lhe a palavra.”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----
 ----- “Muito sinteticamente queria saber, visto que não há compensação nenhuma e de facto vão colocar particulares em vantagem significativa, se o Senhor Vereador sabe calcular o valor económico desta vantagem que é concedida aos particulares?”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não é concedida uma vantagem aos particulares, tal como quando definimos os parâmetros de dimensionamento para uma qualquer área ou para um qualquer plano ou projeto, é feito com base no princípio da necessidade, e essa necessidade resulta dos estudos de tráfego ou de um enquadramento regulamentar. Eu não sei se o Arquiteto Paulo Pais quer acrescentar alguma coisa, que é o Diretor do Departamento do Planeamento...” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não pode!”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não pode?!-----

----- Então não intervém e não esclarece, mas nós não temos esse cálculo feito, não entendemos que isto seja o conceder de uma vantagem, ainda que possa resultar uma desoneração do particular, não encontra nenhum mecanismo onde possa proceder a esse reequilíbrio.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, a Câmara deu o esclarecimento, vamos passar à votação.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 344/CM/2020**. Votos contra: CDS-PP, PCP, PEV, PPM e dos Deputados Municipais Independentes: Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, abstenção: PAN e do Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor: PS, PSD, BE, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 344/CM/2020** foi aprovada por maioria. -----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:** -----

----- **Na proposta 344/CM/2020** -----

----- **No parágrafo introdutório à parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...)” ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...)” ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro” (...). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos agora votar a Recomendação 114/03 da 3ª Comissão.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 114/03 (3ªCP)**. Votos contra: PCP e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenção: PPM, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, Deputados(as) Municipais

Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 114/03 (3ªCP)** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente a seguinte **Declaração de Voto referente à Proposta nº 344/CM/2020**:-----

----- “Na 114ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 21 de Julho de 2020, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou contra a Proposta nº 344/2020, que pretende proceder à alteração do Plano de Pormenor 1 - Zona Central, Plataforma Panorâmica, por considerar o seguinte:-----

----- A proposta hoje em apreço resulta de uma alteração que alegadamente pretende adoptar os parâmetros de dimensionamento do estacionamento estabelecidos no Plano Diretor Municipal em vigor e reflectir os resultados da monitorização da execução do Plano de Pormenor da Zona Central, Plataforma Panorâmica da Zona de Intervenção da EXPO 98 que tem um elevado grau de concretização do plano, restando apenas 4 lotes por construir, e onde se constata que o número de lugares de estacionamento existente, tanto público como privado, supera largamente as necessidades de estacionamento (3274 lugares de estacionamento em excesso) consagrados no actual PDM.-----

----- Ora, é referido nesta proposta que “a redução do estacionamento, tanto à superfície como em silo, permite libertar zonas actualmente destinadas a esse fim, para áreas de estadia e lazer, não impermeabilizando o solo, contribuindo para a coerência e coesão do espaço público, não comprometendo, no entanto, a sua reconversão, em caso de necessidade futura”, o que é uma falácia pois a reconversão de estacionamento em silo para actividades comerciais e de lazer não implicará qualquer redução da impermeabilização do subsolo que já se encontra, actualmente, ocupado por caves destinadas a estacionamento.-----

----- A ausência de contemplação das opiniões e contributos tanto dos moradores como da própria Junta de Freguesia, no contexto da discussão pública que foi realizada, onde manifestaram a necessidade de criação de um equipamento desportivo como contrapartida da supressão de um parque estacionamento público com capacidade para 1500 lugares inicialmente previsto construir na parcela 1.11; a necessidade de reperfilamento de alguns arruamentos associada à revisão da sua semaforização e ainda uma maior fiscalização do estacionamento ilegal e abusivo devido às necessidades de estacionamento gerados por alguns equipamentos, nomeadamente o Centro de Exposição de Lisboa (Feira Internacional de Lisboa) e Campus da Justiça, localizados na área do PP2 com insuficiência de oferta de estacionamento e que têm impactos na área do PPI.-----

----- Apenas foi atendida a pretensão da entidade responsável por gerir o Centro Comercial Vasco da Gama e que constitui a real motivação que originou a alteração deste Plano de Pormenor, o qual pretendia um acréscimo de 2829 m² de superfície de pavimento decorrente da reafecção de áreas de estacionamento ao uso comercial.--

----- O PEV defende uma política de mobilidade, de planeamento urbanístico e de

gestão do estacionamento público e privado neste território de forma articulada e integrada, de modo que a questão do estacionamento não seja analisada de forma isolada, mas considerando as necessidades de estacionamento e transportes colectivos em função da edificabilidade e dos usos licenciados/admitidos nas áreas de intervenção dos 6 Planos de Pormenor que compõem o Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da EXPO 98, ou seja para a globalidade do território que corresponde à actual Freguesia do Parque das Nações.”-----

----- **O Deputado Municipal Rui Costa (IND)** apresentou, posteriormente a seguinte **Declaração de Voto referente à Proposta nº 344/CM/2020:**-----

----- *“A presente proposta elimina um conjunto de lugares de estacionamento a garantir pelos promotores imobiliários, não contendo outras medidas compensatórias para o espaço público em sua substituição. Para além de não se compreender esta ausência de compensação, nem ter sido explicado o impacto económico da mesma na valorização dos activos imobiliários, causa a mesma muitas dúvidas quanto à igualdade de tratamento de proprietários e promotores imobiliários, designadamente os que tenham feito os seus investimentos ao abrigo do regime até agora vigente, pelo que voto contra a proposta.”-----*

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 387/CM/2020 - AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO - PRÉDIO MILITAR 190/LISBOA - BAIRRO OPERÁRIO DA MANUTENÇÃO MILITAR NA MADRE DE DEUS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS:**-----

----- (A Proposta n.º 387/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE – RELATORA DM ALINE DE BEUVINK:**-----

----- (O Parecer 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Câmara quer intervir?-----

----- Não quer intervir, muito bem.-----

----- A Senhora Deputada Relatora Aline Beuvink, quer intervir?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM),** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, obrigada Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Alguém está inscrito?-----
----- A Senhora Deputada Teresa Craveiro, por favor.”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Deputados e também cidadãos que estejam a presenciar.-----
----- Eu queria saudar este desenvolvimento deste projeto, porque efetivamente Lisboa tem um percurso curioso no hoje que falamos da pandemia e da saúde, tem um percurso curioso, porque em 94 foi estabelecido fazer uma Carta de Equipamentos de Saúde, posteriormente, ao Plano Diretor, nós, exatamente em 2009, temos o primeiro contrato com a ARS em que são feitos quatro centros de saúde feitos pela ARS ainda que é o Martim Moniz, hoje tão importante na interculturalidade, a questão também do Boavista, Pedrouços e a reconversão da Angelina Vidal, e depois, efetivamente, em 2017 são efetuados, porque a Carta dos Equipamentos de Saúde já estava muito evoluída, são efetuados um contrato de catorze centros de saúde, e por qual vem agora esta questão da aquisição. Portanto, consideramos que é importante, mas, mas aí é no mas, gostaríamos de ver um ponto de situação dos mesmos catorze centros de saúde, ou seja, em que circunstâncias está as suas adjudicações, os seus desenvolvimentos deste protocolo feito com a ARS, em que nesta questão já não são ARS a efetuar os centros de saúde é efetivamente aqui, porque a legislação permitiu na sua evolução, que seja feito por próprio Município.-----
----- Precisamos destes elementos mais do que nunca, percebemos que os centros de saúde estão a ser chamados também na identificação e nas problemáticas da pandemia e, portanto, achamos aqui que deveríamos solicitar e gostaríamos que viesse esse ponto de situação, porque só apenas vem o contrato e o protocolo efetuado em 2017, mas não vem o estado dos desenvolvimentos e, portanto, era só isso que queríamos registar, mas é evidente é para nós sempre uma grande satisfação em que Lisboa se apetreche e ultrapasse todo o terceiro-mundismo desta matéria em que havia centros de saúde até a funcionar no Bairro Alto, num terceiro piso sem elevadores e que foram depois para baixo, para um centro da tuberculose na zona do Cais Sodré, e, por isso, portanto, apajaremos este desenvolvimento.-----
----- Muito obrigada.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, eu penso que a questão que colocou, ultrapassa a matéria em discussão, mas a Câmara se quiser dirá alguma coisa.-----
----- Há algum Deputado inscrito, sobre esta matéria?-----

----- Se não há ninguém inscrito, eu pergunto à Câmara se quer fazer algum comentário, sendo certo que a Senhora Deputada Teresa Craveiro, digamos falou sobre uma matéria, para além, propriamente do que está em discussão hoje, mas naturalmente, se a Câmara quiser dizer alguma coisa.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, Senhor Presidente.-----

----- Obrigado pela intervenção da Senhora Deputada Teresa Craveiro.-----

----- O primeiro ponto que importa considerar é que o espaço tem as condições adequadas para a construção do centro de saúde, o segundo ponto prende-se que aguardamos o visto do Tribunal de Contas, e se tudo correr bem, esperamos ter no início do outono de 2021 já o centro de saúde a funcionar.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.”-----

----- Vamos então passar à votação da **Proposta de n.º 387/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PCP, PEV, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 387/CM/2020** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:** -----

----- **Na proposta 387/CM/2020** -----

----- **No considerando i):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- *(..) " i) "(...);* -----

----- **Deve constar:** -----

----- *(...) " h) "(...).* -----

----- Com a conseqüente renumeração dos restantes considerandos. -----

----- **PONTO 6- APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 307/CM/2020 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA NA ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL – REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA N) DO Nº 1 DO ART. 25º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E NO Nº 1 DO ART. 53º, APLICÁVEL EX VI DO Nº 3 DO ART. 56º, AMBOS DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (O ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 307/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XVII e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE**;-----

----- (O Parecer da 4ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo XVIII e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 114/04 (4ª CP)** -----

----- (A Recomendação n.º 114/04 (4ª CP) fica anexado à presente Ata, como Anexo XIX e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto seguinte, ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 307/CM/2020, “Participação do Município de Lisboa na Associação Local, Rede de Municípios Local às redes Climáticas”, eu sei que foi aprovado, há pouco numa reunião, a recomendação, só se votará depois do texto da proposta, mas eu dava a palavra ao Primeiro Secretário António Avelãs, para conduzir os trabalhos.-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Pergunto a Câmara Municipal de Lisboa se quer apresentar a proposta?-----

----- A Câmara informa que não quer apresentar a proposta.-----

----- O Senhor Deputado José Inácio Faria, pretende apresentar o Parecer da 4ª Comissão?-----

----- Então faça favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, muito rapidamente, obrigada.-----

----- Uma vez mais boa tarde a todos, já vos cumprimentei a todos, portanto, vou passar essa parte.-----

--- Bom, muito sucintamente, esta proposta visa aprovar a adesão do Município de Lisboa à Adapt.local, Rede de Municípios para a adaptação local às alterações climáticas, por um valor anual de mil euros, bem como a aceitação dos respetivos estatutos e do regulamento interno.-----

----- A Adapt.local surgiu em 2016 no âmbito do projeto *ClimaAdaPt.local*, estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente como uma estrutura de partilha voluntária de conhecimentos experiências e boas práticas entre os municípios aderentes, beneficiando ainda do contributo das instituições do ensino superior, centros de investigação, empresas e ONGs.-----

----- Em traços gerais, a rede Adapt.local definiu como objetivos os seguintes:-----

----- Promover a elaboração e a integração de estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas, assim como a partilha de conhecimentos, neste âmbito;-----

----- Promover relações de cooperação internacional, com outras redes e estruturas de relevo;-----

----- Capacitar as autarquias através dos seus eleitos e corpos técnicos municipais no domínio da adaptação às alterações climáticas a nível local;-----

----- Gerir e ampliar o sistema de informações de apoio à capacitação, divulgação e comunicação;-----

----- Criar instrumentos de financiamento que apoiem a implementação de estratégias e planos municipais de adaptação às alterações climáticas, e ainda sensibilizar as comunidades e os atores setoriais para as questões da adaptação às alterações climáticas.-----

----- Esta proposta surge na sequência da necessidade sentida pelo Conselho Geral da Adapt.local de dotar esta rede informal com personalidade jurídica, por forma a facilitar a captação de investimento e assim reforçar a sua capacidade de intervenção e a visibilidade ao nível nacional e internacional, e a sua eficácia na implementação do seu programa de ação.-----

----- Todos sabemos que as alterações climáticas são uma realidade que não podemos ignorar, isso é uma realidade com contornos muito assustadores, como infelizmente, tivemos oportunidade de observar aqui no nosso país em 2017 e 2018.-----

----- O facto é que Portugal é um dos países europeus mais suscetíveis aos efeitos das alterações climáticas e as áreas urbanas são particularmente sensíveis.-----

----- As projeções apontam para a subida do nível médio do mar, o aumento da temperatura média, alterações nos padrões de precipitação e maior frequência e intensidade de fenómenos extremos.-----

----- Tudo isto comporta sérios riscos para a saúde, e tem impactos socioeconómicos que serão tão mais severas quanto mais vulneráveis forem as populações.-----

----- Por tudo isto, entendemos que se reveste de maior importância a participação do Município de Lisboa em iniciativas como a Adapt.local, que promove a cooperação a capacitação e, acima de tudo, a mudança concertada para que, gradualmente e juntos nos tornemos mais resilientes às mudanças que estão para vir.-----

----- Ainda em relação a esta Proposta a 4ª Comissão Permanente desta Assembleia emitiu uma série de recomendações que se encontram elencadas na Recomendação n.º 114/04 da 4ª Comissão Permanente, que foi aprovada em sede de comissão permanente e que em traços gerais também passarei a referir.-----

----- Assim, a 4ª Comissão Permanente recomenda à Câmara Municipal, que informe regularmente à Assembleia Municipal de Lisboa, sobre as iniciativas promovidas pela Adapt.local, rede de Municípios para a adaptação local às alterações climáticas, bem como os benefícios que resultem da adesão do Município de Lisboa à referida associação e os resultados e conclusões obtidos no âmbito da sua atividade.-----

----- Que informe a Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a atividade desenvolvida, assim como os resultados e conclusões obtidos na sequência da adesão do Município de Lisboa a outras associações e redes de âmbito nacional e internacional.-----

----- E por último, que considere a adesão do Município de Lisboa a outras iniciativas que promovam a cooperação nacional e internacional no âmbito de boas práticas e estratégias ambientais, como é o caso da *Green City Accord*, que será lançada em outubro de 2020 pela Comissão Europeia, como complemento ao Pacto de Autarcas

para o clima e energia que Lisboa é signatária desde 2008, e que promove a partilha de conhecimento e boas práticas, concede apoio técnico para desenvolver e implementar ações ambientais e confere acesso privilegiado e oportunidades de financiamento.-----

----- E por isto tudo, e terminando, e com as explicações que acabei de apresentar, o MPT espera que a votação dos diversos Grupos Municipais, seja, obviamente, o de acompanhar favoravelmente estas recomendações da proposta em apreço.-----

----- Muito obrigado, era só isto que tinha para referir.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Eu tenho as inscrições para este ponto do Senhor Deputado Miguel Santos, João Carlos Pereira e André Couto, não tenho mais inscrições, se houver mais inscrições façam favor.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN, e prepara o Senhor Deputado João Carlos Pereira.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Numa altura em que se verifica que apesar das mudanças bruscas de comportamentos causadas pela covid-19 não se assiste ao regredir dos parâmetros que nos permitam dizer que o combate às alterações climáticas está a ir no bom caminho, a constituição de uma associação de direito privado sem fins lucrativos que envolva diversos municípios, bem como outros atores, em torno da Adaptação Local às Alterações climáticas faz obviamente todo o sentido, bem como a adesão do Município de Lisboa a essa associação.-----

----- No nosso entender, dar mais ferramentas aos municípios portugueses e juntar os esforços destes com a academia é obviamente um passo positivo.-----

----- Entendemos ainda a necessidade de formalizar a associação, bem como a justificação que lhe está subjacente, nomeadamente o poderem passar a participar de forma mais formal nos eventos e o poderem até prestar serviços. -----

----- No entanto, alertamos para o facto de se estar a criar mais uma estrutura com mais custos e julgamos que não se pode deixar de se fiscalizar a forma como os fundos serão utilizados ou como é que os colaboradores serão futuramente escolhidos, basicamente são estas as nossas considerações, creio que os estatutos careceriam de algum esmiuçamento e complemento nestes parâmetros.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado João Carlos Pereira, e prepara o Senhor Deputado André Couto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, não é propriamente para uma intervenção, era para quando das votações, pedir a votação em separado do ponto 3, da Recomendação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então, nesse caso tem a palavra o Senhor Deputado André Couto, do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Temos aqui uma proposta relativa à adaptação local às alterações climáticas, isto é, de facto, assumir que, muito nos congratulamos que as alterações climáticas são uma condicionante importante nas opções políticas de qualquer cidade e, em especial a cidade de Lisboa.-----

----- Através desta rede de municípios para adaptação local às alterações climáticas, vamos ter de partilhar experiências, reflexões, resultados de outras experiências noutros municípios, mas, acima de tudo o Grupo Municipal do Partido Socialista queria destacar que através desta associação, que para quem não tenha reparado, que tem acima de tudo o âmbito nacional, Lisboa vai poder exercer o seu papel de pioneira que tem sido em muitas práticas no nosso país e portanto, vai ser através desta associação, que também Lisboa vai poder mostrar, ensinar e partilhar com muitos outros municípios portugueses, o bom trabalho que aqui tem sido realizado e que tem sido também obviamente, reconhecido internacionalmente como está mais do que o expresso na Capital Europeia Verde, que também acontece e que se continua a fazer porém desta forma.-----

----- Hoje nós tivemos várias propostas neste âmbito, felizmente também podemos constatar que cada vez com menos resistências, Partidos, Deputados Municipais que, ao longo dos anos, não embarcavam tanto nestas novas tendências, felizmente já vão percebendo que elas são uma inevitabilidade, e isso ajuda a que Lisboa possa ser então de forma mais consensual uma veterana nestas práticas, e que através desta proposta possa também exercer um estatuto que eu acho que já tem de general a nível nacional nessas matérias, portanto, o Grupo Municipal do Partido Socialista quer deixar aqui, obviamente, a nota de que vai acompanhar esta proposta saudando acima de tudo a Câmara Municipal de Lisboa por este caminho que tão bem tem trilhado ao longo dos anos.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Presidente, não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, então vamos passar às votações.-----

----- Eu penso que o Senhor Deputado João Carlos Pereira, pediu em separado o ponto 3 da recomendação.-----

----- Portanto, vamos passar à votação.-----

----- Vamos então passar à votação do **ponto 1 da parte deliberativa da Proposta de n.º 307/CM/2020**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **ponto 1 da parte deliberativa da Proposta de n.º 307/CM/2020 foi aprovado por unanimidade**.-----

----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 307/CM/2020** -----

----- **Na parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*da alínea o) do n.º 1 do art.º 33º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,*"(....); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*da alínea o) do n.º 1 do art.º 33º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,*"(....). -----

----- **No ponto 4:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*rúbrica orçamental da Orgânica 18.01*"(....); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*rúbrica orçamental da Orgânica 10090*"(....).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos agora votar o ponto 3 em separado, e depois os pontos 1 e 2 da Recomendação n.º 114/04, da 4ª Comissão, porque assim o PCP o pediu e depois votaremos os outros pontos.”-----

----- **Deliberada por pontos:**-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação n.º 114/04 (4ªCP)**. Não há votos contra, abstenção do PCP, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Recomendação n.º 114/04 (4ªCP) foi aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação dos **Pontos 1 e 2 da Recomendação n.º 114/04 (4ªCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho,

Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Os pontos 1 e 2 da Recomendação n.º 114/04 (4ªCP) foram aprovados por unanimidade. -----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente a seguinte **Declaração de Voto referente à Proposta nº 307/CM/2020**:-----

----- “Na 114ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 21 de Julho de 2020, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou a favor da Proposta nº 307/2020, que aprovou a participação do Município de Lisboa na Associação Adap.local – Rede de Município para a Adaptação Local às Alterações Climáticas pelas seguintes razões:-----

----- As alterações climáticas são um dos problemas ambientais mais graves que se colocam à vida no planeta, que já ninguém pode ignorar. Os riscos decorrentes da subida média da temperatura e as alterações avassaladoras que esta provoca no meio ambiente já se fazem sentir em vários pontos do Mundo, incluindo no nosso País, com situações climáticas extremas (secas, inundações, temporais, cheias) e com a subida do nível dos mares, ameaçando populações, património e biodiversidade.-----

----- Perante tantas evidências, não restam dúvidas de que a Humanidade está a alterar o sistema climático rapidamente e de forma irreversível, com os gases com efeito de estufa que produz, através das mais variadas actividades, mas principalmente através da queima de combustíveis fósseis.-----

----- Recordamos que em 2017 fomos favoráveis à Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas apresentada pela Autarquia, tendo em conta que para além da mesma, continuamos a defender medidas em concreto, como por exemplo: a necessidade de apostar nos transportes colectivos e públicos (actualmente ainda mais urgente para ajudar ao combate à propagação da COVID-19), em energias renováveis, na expansão e protecção de espaços verdes, principalmente em Monsanto, devido à importância que tem para a cidade e para a Área Metropolitana, e melhorar a eficiência energética e reduzir consumos.-----

----- Os Verdes tendo em conta a máxima ecologista de “Pensar Global, Agir Local” consideram que a cidade de Lisboa deve ser exemplo de implementação e concretização de medidas efectivas, não só de adaptação, mas também de combate e mitigação, pois é urgente travar o fenómeno das alterações climáticas, pelo que esperamos que esta participação conjunta, com várias entidades nacionais, sirva esse objetivo. Consideramos ainda importante que, tanto a Assembleia Municipal de Lisboa como a 4ª CP – Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida, possam acompanhar e monitorizar o trabalho desenvolvido no âmbito desta participação. -----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NO ÂMBITO DOS CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS**:-----

----- **PONTO 7.1. - APRECIACÃO DA PROPOSTA 392/CM/2020 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA, PARA OS ANOS DE 2020 E 2021, CONFORME O CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS PARA**

A GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CINEMA EUROPA OUTORGADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E A JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E SEGUINTE DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL, NO ARTIGO 14.º DA LEI 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO E NO N.º 3 DA CLÁUSULA 3.º DO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE, APROVADO PELA DELIBERAÇÃO N.º 543/AML/2018;-----

----- (A Proposta n.º 392/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo XX e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE – RELATOR DM MANUEL LAGE;**-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo XXI e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 7.2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 393/CM/2020 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA OS ANOS DE 2020 E 2021, RESPEITANTE AOS CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E 22 FREGUESIAS DA CIDADE DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116º E SEGUINTE DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta n.º 393/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXII e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE – RELATOR DM MANUEL LAGE;**-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo XXIII e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar agora à apreciação conjunta do ponto 7 das propostas de transferências de verba no âmbito dos contratos de delegação de competências, que é a Proposta 392/CM/2020, “Transferência de verba, para os anos 2020 e 2021, conforme o Contrato de Delegação de Competências para a Gestão e manutenção do Cinema Europa outorgado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique e a Proposta 393/CM/2020, “Transferência de verba para os anos de 2020 e 2021, respeitante aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município e as 22 Freguesias da Cidade de Lisboa.-----

----- Eu não sei se a Câmara pretende apresentar?-----

----- A Câmara não pretende apresentar, então o Senhor Deputado Relator Manuel Lage pretende apresentar?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, Senhor Presidente é auto explicativo.”-----

----- Muito bem, então o Senhor Deputado António Avelãs veja se há alguma inscrição?”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu tenho para o ponto 7.1 a inscrição da Senhora Deputada Ana Gaspar.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu tinha prescindido da palavra, mas não tem problema, é saudar particularmente este trabalho que o extraordinário Cinema Europa e quem o gere tem feito ao longo dos tempos e lembrar, naturalmente, que a inserção na rede de Bibliotecas 21 é algo que Lisboa se pode orgulhar particularmente neste CDC onde isto está espelhado, somente isto.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputada.-----

----- Não tenho mais inscrições para este ponto 7.1, para o ponto 7.2 tenho o Senhor Deputado Luís Newton, portanto, dou-lhe a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Eu quero salientar que esta é uma matéria que tendo a sua natureza recorrente, tenho apenas e só que considerar neste momento que das duas uma, o anda uma falta de respeito por parte da vereação ou, de facto, o que está por trás deste protocolo de delegação de competências, eu não lhe disse há um ano atrás, porque entendia que não era o caso, mas depois da intervenção há um ano atrás do Senhor Vereador dos Espaços Verdes, tendo em conta que depois a seguir nada, repito, nada aconteceu, ver novamente e de forma incorreta a Junta de Freguesia da Estrela excluída deste processo, é para mim, só pode para mim ter um tipo de leitura, e é a partir do momento em que se dá a justificação que o Senhor Vereador deu o ano passado, relativamente a esta situação, tendo em conta aquilo que foi o compromisso por parte do Senhor Vereador, o ano passado, que viu um ano depois manter excluída o Bairro Ceuta Sul de qualquer tipo de apoio nesta matéria, através da Junta de Freguesia da Estrela, só pode ter uma leitura e é infelizmente, uma outra política.-----

----- Não se compreende como é que se exclui pelo segundo ano consecutivo, e depois de um compromisso existente por parte do Vereador e, portanto, obviamente, do Município da revisão desta situação para o ano seguinte, aliás, em bom rigor para o próprio ano, não ter sido feita, não ter sido analisada, conforme se comprometeu na altura o Vereador Sá Fernandes, só vai poder merecer não só o meu voto contra neste ponto, como inclusivamente, considero que, neste momento se está a assistir a um

desvirtuar daquilo que é o procedimento que a reforma administrativa da cidade de Lisboa pretendia atingir para todas as Freguesias, excluindo neste caso, em particular, uma delas sem existir qualquer argumento que justifique essa situação.-----

----- E portanto, venho aqui apresentar o maior protesto, dizer que eu enquanto Presidente de Junta de Freguesia da Estrela só posso votar contra, estando obviamente, a bancada do PSD não limitada a esta votação, e dizer que lamento profundamente a atitude do Município, que vem em arrepio de tudo aquilo que tem sido o apanágio da própria reforma administrativa da cidade de Lisboa, um desrespeito completo pela Junta de Freguesia da Estrela, mas mais importante, um desrespeito profundo pelos moradores do Bairro Ceuta Sul, que não merecem estarem votados a esta ostracização, e, portanto, deixar esta posição muito clara, muito vincada, e dizer também, que não nos ficaremos por este protesto na Assembleia Municipal, iremos obviamente, recorrer de todas as ferramentas que forem possíveis para que este tipo de discriminação negativa não tenha mais lugar na nossa cidade.----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, que se inscreveu agora, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhor Secretário.-----

----- Eu também gostaria de saber porque é que de todas as Freguesias em Lisboa há pelo menos duas que estão ausentes da panóplia de freguesias, que vão beneficiar desta proposta.-----

----- Gostaria que a Câmara explicasse, porque é que são excluídas, porque é que estas são excluídas, e a razão que está por trás desta exclusão, porque eu penso que, ou são todas tratadas de igual, ou então qualquer coisa de errado se passa neste reino, eu não vou dizer que é o reino de Medina ou de quem for, mas é um reino de qualquer coisa, e que está podre.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Pergunto à Câmara se quer usar da palavra?”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Neste momento, em relação às duas questões, não tenho a informação em minha posse para poder responder às questões quer do Senhor Deputado, Presidente Luís Newton, quer do Deputado José Inácio Faria.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Muito obrigado, Presidente não tenho mais inscrições”.-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Então o Senhor Vereador não está em representação da Câmara, o que é lamentável.”-----
 ----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Senhor Deputado Sobreda Antunes, naturalmente, que estou em representação da Câmara, mas como deve calcular, não tenho todas as respostas aqui à mão.-----
 ----- Portanto o Senhor Presidente Luís Newton, penso que sabe qual é a minha forma de atuar, irei trazer mais informações, irei passar ao Senhor Deputado, como ao Senhor Deputado Inácio Faria, bem como a todo o Plenário, como é evidente.”-----
 ----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “O Deputado Luís Newton, pediu a palavra”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----
 ----- Eu se não fosse uma repetição do que se passou o ano passado, estaria aqui com um espírito de abertura relativamente, a este processo e a esta proposta, a verdade é que o ano passado a resposta foi não se preocupem, nós vamos analisar, vamos convocar as Juntas de Freguesia e vamos corrigir esta situação.-----
 ----- Passou um ano não houve um único contacto do Vereador Sá Fernandes, relativamente a esta matéria, uma única informação do Vereador Sá Fernandes, relativamente a esta matéria, e eu vejo-me numa situação de enorme desconforto, porque não sou capaz, neste momento de aceitar, ou dar um salto de fé ou confiança na Câmara Municipal perante esta situação e, portanto, eu só vejo isto de duas formas.-----
 ----- E por isso, Senhor Presidente, eu queria deixar claro que é sob enorme protesto que participarei nesta votação, e que traduzirei esse meu enorme protesto de uma participação de uma votação que teve trezentos e sessenta e cinco dias para tentar apurar por que é que a Junta de Freguesia da Estrela e o Bairro Ceuta Sul não eram incluídos neste processo, e vejo-me confrontado com nova votação, nova ignorância à volta da matéria e novamente a exclusão da Junta de Freguesia da Estrela, e eu agora sim, tenho que o dizer, sinto que é claramente por motivos políticos, a prejuízo do espírito da reforma administrativa da cidade de Lisboa, a prejuízo daquilo que tem sido o bom entendimento e as boas ferramentas de descentralização que se tem vindo a apostar.-----
 ----- E portanto, é sobre enorme protesto que vou para esta votação, vou transferir este protesto para a minha votação no sentido de votar contra esta proposta, porque sinto que a Freguesia da Estrela e a Cidade de Lisboa saem lesadas por este procedimento,

é de uma enorme, uma enorme, falta de respeito por parte do Senhor Vereador José Sá Fernandes, uma enorme falta de respeito, e não entendo como é que a Câmara Municipal, porque aqui não há Vereadores por um lado e Câmara para o outro, tenho que o dizer, lamentando profundamente, mas não compreendo como é que a Câmara Municipal estando a par desta situação que foi tão salientada na última Assembleia Municipal em que veio esta proposta, não tenha desde então feito um esforço para corrigir esta situação, e não tenha vindo procurar compreender porque é que há um Junta de Freguesia que é excluída desta forma e, portanto, acho que é um tratamento que, neste momento, da primeira vez se admitia existir alguma confusão, estive presente no plenário, clarifiquei de onde é que vinham os procedimentos e os processos, clarifiquei inclusivamente a questão relacionada com o próprio número da proposta que já tinha sido alvo de uma delegação de competências em anos anteriores, para demonstrar que não se compreendia porque é que não estava a ser feita essa delegação de competências, não foi feita nenhuma correção, esperei até voltar a esta proposta a reunião, e vejo-me agora confrontado uma vez mais com esta atitude, que só posso lamentar, e só posso transmitir que neste momento, sinto claramente que é uma questão política a prejuízo, volto a frisar do bom espírito que foi a reforma administrativa da Cidade de Lisboa, e que tem sido e daquilo que tem sido também o entendimento entre o Município e as Freguesias.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos iniciar a votação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, antes de iniciar a votação, só dar nota de que irei votar, eu a título individual, pelo que irei solicitar que o Deputado Francisco Domingues faça a votação da bancada do PSD.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente queria pedir a palavra também, eu também votarei contra esta proposta.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, tomarei nota.”-----

----- Vamos votar a proposta 392/CM/2020.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 392/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, PPM, votos a favor: PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul

Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 392/CM/2020** foi aprovada **por maioria**. -----

----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 392/CM/2020** -----

----- **Na Proposta** -----

----- **No considerando d):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias*" (...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*Regime Jurídico da Delegação de Competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias*"(...). -----

----- **No considerando k):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013*"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013*"(...). -----

----- **No considerando p):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*Nos termos da cláusula 3.ª n.º 3 do Contrato de Delegação de Competências aprovado pela deliberação n.º 543/AML/2018, atualmente em vigor*"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*Nos termos da cláusula 3.ª n.º 3 do Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique, cuja minuta foi aprovada pela Deliberação n.º 543/AML/2018, atualmente em vigor*"(...). -----

----- **No texto introdutório da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*conjugadas na alínea k) do artigo 25.º*"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*conjugadas na alínea k) do nº 1 do artigo 25.º*"(...). -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*Freguesia de Campo de Ourique, aprovado pela Deliberação n.º 543/AML/2018*" (...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "*Freguesia de Campo de Ourique, cuja minuta foi aprovada pela Deliberação n.º 543/AML/2018*" (...). -----

----- **Na alínea a) da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*no montante de 377.590,31 € (trezentos e setenta e sete mil quinhentos e noventa euros e trinta e um cêntimos) repartidos*"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "no montante de 377.180,62 € (trezentos e setenta e sete mil cento e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos)"(....). -----

----- **No texto final da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "da orgânica _do orçamento "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "da orgânica 10038 do orçamento "(...). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora vamos passar à Proposta 393/CM/2020, é aquela proposta respeitante aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Lisboa e as vinte e duas Freguesias da Cidade de Lisboa.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 393/CM/2020**. Votos contra: PSD, CDS-PP, PEV, MPT e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: PCP, PPM e do Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor: PS, BE, PAN e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta n.º 393/CM/2020 foi aprovada por maioria.** -----

----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 393/CM/2020.** -----

----- **No considerando p):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa de 2 de julho (...)" ; -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa nº 302/AML/2019, de 2 de julho (...)" ;-----

----- **No texto introdutório da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) "22 Freguesias da cidade de Lisboa"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "22 Freguesias da cidade de Lisboa, no âmbito da Proposta nº 348/CM/2019, aprovada através da Deliberação nº 302/AML/2019. "(...). -----

----- **No considerando a):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "de 31.524,48 EUR referentes "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "de 31.524,48 EUR (trinta e um mil, quinhentos e vinte e quatro euros e quarenta e oito cêntimos) referentes "(...). -----

----- **No considerando b):** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "de 17.047,68 euros referentes "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "de 17.047,68 EUR (dezassete mil, quarenta e sete euros e sessenta e oito
cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando c):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 121.078,08 EUR referentes "(...). -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 121.078,08 EUR (cento e vinte e um mil, setenta e oito euros e oito
cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando d):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 28.299,12 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 28.299,12 EUR (vinte e oito mil, duzentos e noventa e nove euros e doze
cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando e):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 58.819,44 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 58.819,44 EUR (cinquenta e oito mil, oitocentos e dezanove euros e
quarenta e quatro cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando f):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 27.041,04 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 27.041,04 EUR (vinte e sete mil, quarenta e um euro e quatro cêntimos)
referentes "(...). -----
----- **No considerando g):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 86.566,08 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 86.566,08 EUR (oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis euros e
oito cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando h):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 56.322,24 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 56.322,24 EUR (cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e dois euros e
vinte e quatro cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando i):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 98.360,40 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 98.360,40 EUR (noventa e oito mil, trezentos e sessenta euros e quarenta

cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando j):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 37.416,96 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 37.416,96 EUR (trinta e sete mil, quatrocentos e dezasseis euros e noventa e seis cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando k):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 72.512,16 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 72.512,16 EUR (setenta e dois mil, quinhentos e doze euros e dezasseis cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando l):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "119.734,08 EUR referentes "(...);-----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "119.734,08 EUR (cento e dezanove mil, setecentos e trinta e quatro euros e oito cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando m):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 99.819,12 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 99.819,12 EUR (noventa e nove mil, oitocentos e dezanove euros e doze cêntimos) referentes "(...).-----
----- **No considerando n):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 19.865,04 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 19.865,04 EUR (dezanove mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e quatro cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando o):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 11.520,00 EUR referentes "(...);-----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 11.520,00 EUR (onze mil e quinhentos e vinte euros) referentes "(...). -----
----- **No considerando p):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 40.285,44 EUR referentes "(...);-----
----- **Deve constar:** -----

----- (...) "de 40.285,44 EUR (quarenta mil, duzentos e oitenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando q):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 12.794,64 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 12.794,64 EUR (doze mil, setecentos e noventa e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos) referentes "(...); -----
----- **No considerando r):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 83.890,80 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 83.890,80 EUR (oitenta e três mil, oitocentos e noventa euros e oitenta cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando s):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 176.564,88 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 176.564,88 EUR (cento e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando t):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 3.234,96 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) " de 3.234,96 EUR (três mil, duzentos e trinta e quatro euros e noventa e seis cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando u):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "de 33.768,96 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 33.768,96 EUR (trinta e três mil, setecentos e sessenta e oito euros e noventa e seis cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No considerando v):** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) " 7.036,80 EUR referentes "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "7.036,80 EUR (sete mil, trinta e seis euros e oitenta cêntimos) referentes "(...). -----
----- **No quadro Transferência de verba, anexo à proposta:** -----
----- **Na linha da Freguesia de Benfica:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "93.360,40 EUR"(...); -----

----- **Deve constar:** -----
----- (...) " 98.360,40 EUR "(...)------
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “A Proposta 393/CM/2020, “Transferência de verba, para os anos 2020 e 2021 respeitante aos contratos de delegação de competências celebrados entre o Município de Lisboa e as vinte e duas Freguesias da Cidade de Lisboa”, foi aprovado por maioria, com os erros materiais comunicados.-----
----- O CDS pediu para fazer declaração de voto oral e vários partidos anunciaram que iriam apresentar declarações de voto escrita, portanto, se faz favor Senhor Deputado Diogo Moura, se faz favor, se quiser usar da palavra.”-----
----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----
----- “Senhor Presidente, de forma muito rápida dizer o seguinte, o CDS mudou o seu sentido de voto para o voto contra, naquilo que foi a explicação dada pelo Deputado Luís Newton.-----
----- A Câmara teve um ano para fazer esta alteração, teve um ano para olhar para este processo no que diz respeito ao Bairro Ceuta Sul e não o quis fazer de forma deliberada pelos vistos, não vou aqui acusar ninguém, mas acho que é uma falta de respeito não pela Junta da Estrela, não pelo Bairro Ceuta Sul, mas, acima de tudo por esta Assembleia Municipal e por aquilo que foi um compromisso deixado pelo Senhor Vereador Sá Fernandes, em nome da Câmara Municipal de Lisboa há um ano atrás, além disso, parece-nos também que não é aceitável que a Câmara Municipal de Lisboa que se faça representar não apresente as propostas e não consiga responder aos Deputados Municipais.-----
----- O Senhor Deputado Luís Newton tinha colocado a questão e algo devia ter sido devidamente respondida pela Câmara, não está o Vereador do Pelouro, mas está certamente o representante da Câmara, que tem ainda conhecimento de todos os *dossiers* como, aliás, faz sempre o Senhor Vice-Presidente da Câmara e, por essa mesma razão por achámos que a Assembleia Municipal não foi devidamente respeitada votámos contra.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Grupo Municipal PCP** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente à proposta n.º 393/CM/2020:**-----
----- “*Apreciação da Proposta 393/CM/2020 - Transferência de verba para os anos de 2020 e 2021, respeitante aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Lisboa e 22 Freguesias da Cidade de Lisboa, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 23.º, na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, no artigo 116º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;*-----
----- *O Grupo Municipal do PCP absteve-se nesta proposta porque se trata da transferência de verbas acordadas no âmbito do Contrato de Delegação de Competências assinando em 2019 e que votamos contra.*-----

----- *Pela sua dimensão (espaços expectantes) defendemos que deviam regressar para a gestão da Câmara. Abstivemo-nos porque nesta fase é necessário transferir verba para concretizar uma delegação que está a ser feita/executada e que depende desta verba.*-----

----- *O Grupo Municipal do PCP continua a defender a gestão de um conjunto de espaços verdes e arvoredo pela CML.*”-----

----- **O Grupo Municipal MPT** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente à proposta n.º 393/CM/2020:**-----

----- *“O Grupo Municipal do Partido da Terra - MPT, eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Acta da Reunião realizada no dia 21 de Julho de 2020 a sua declaração de voto referente à Proposta n.º 393/2020 - Transferência de verba para os anos de 2020 e 2021, respeitante aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Lisboa e 22 Freguesias da Cidade de Lisboa, submetida pela Câmara Municipal de Lisboa.*-----

----- *O Partido da Terra - MPT votou contra a referida Proposta por não ser claro o motivo que levou à decisão do executivo camarário em excluir dos Contratos de Delegação de Competências duas Freguesias do Município de Lisboa (Freguesia da Estrela e Freguesia de Santo António). Acresce, ainda, que para o voto contra do MPT contribuiu o facto do executivo camarário ter ignorado todos os pedidos de esclarecimento que lhe foram submetidos um ano antes sobre esta questão e que, sem justificação, se recusou a prestar e que se reflectiu na ausência do Vereador José Sá Fernandes, promotor desta Proposta, que não se dignou a participar desta sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, para prestar todos os esclarecimentos necessários no âmbito da mesma.*-----

----- *O Partido da Terra – MPT, entende que todas as Juntas de Freguesias, independentemente da força política que ocupe a respectiva Presidência, têm que ser tratadas em igualdade de circunstâncias e de oportunidades e que não podem ser discriminadas nem preteridas dos apoios a que todas têm direito e que, em última análise, revertem em benefício dos seus fregueses e munícipes da cidade de Lisboa, com base em critérios políticos ou fruto de divergências políticas.*-----

----- *O Partido da Terra – MPT, não pactua com medidas antidemocráticas nem de carácter punitivo, como parece ter sido o caso da exclusão destas duas Freguesias dos Contratos de Delegação de Competências da Proposta n.º 393/2020, pelo que entendeu a bem da democracia votar contra”*-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS:**-----

----- **PONTO 8.1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 394/CM/2020 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALCÂNTARA, COM VISTA À GESTÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DO ALVITO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO**

ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, E NO ARTIGO 116.º E SEQUINTE DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;-----

----- (A Proposta nº 394/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIV e dela faz parte integrante).-----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente – Relator DM Manuel Lage;**-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 394/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXV e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 8.2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 395/CM/2020 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CARNIDE, COM VISTA À GESTÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PEQUENO CAMPO DE JOGOS DO BAIRRO PADRE CRUZ, 3 MÁQUINAS DE FITNESS E 1 EQUIPAMENTO SÉNIOR (COM 3 ESTACÕES DE ATIVIDADES), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, E NO ARTIGO 116.º E SEQUINTE DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta nº 395/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVI e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE – RELATOR DM MANUEL LAGE;**-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 395/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 8.3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 396/CM/2020 - CELEBRAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALVALADE, NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL SÃO JOÃO DE BRITO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, E NO ARTIGO 116.º E SEQUINTE DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta nº 396/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE- RELATOR DM MANUEL LAGE;**-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 396/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXIX e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 114/01 (1.ª CP) - RESULTANTE DOS PARECERES DA 1ª CP SOBRE AS PROPOSTAS 392/CM/2020, 393/CM/2020/, 394/CM/2020/, 395/CM/2020 E 396/CM/2020;**-----

----- (A Recomendação nº 114/01 (1.ªCP) relativa às Propostas 392/CM/2020, 393/CM/2020, 394/CM/2020, 395/CM/2020 e 396/CM/2020 fica anexada à presente

Ata, como **Anexo XXX** e dela faz parte integrante) -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado.-----
----- Vamos passar ao ponto 8, que é apreciação conjunta das seguintes propostas de delegação de competências, a 394/CM/2020, todas elas têm as alterações e correções que foram comunicadas, portanto, a 394/CM/2020 a delegação de competências, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara, a 395 a delegação de competências, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide, e a 396, celebração de adenda ao contrato de delegação de competências, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, portanto, estando em discussão em conjunto, peço ao António Avelãs, que conduza os trabalhos.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----
----- Pergunto à Câmara Municipal se quer apresentar estas propostas?-----
----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Não muito obrigado, Senhor Secretário.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----
----- Pergunto ao Senhor Deputado Manuel Lage, se quer apresentar os Pareceres da 1ª Comissão Permanente?”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Não, Senhor Primeiro Secretário, são cristalinos.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Presidente, não tenho inscrições.-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Então vamos passar à votação, Senhores Deputados, portanto vamos começar com a Proposta 394/CM/2020, delegação de competências, entre o Município de Lisboa e Freguesia de Alcântara com vista à gestão, conservação e manutenção da Piscina Municipal do Alvito.”-----
----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 394/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PCP, PEV, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 394/CM/2020** foi aprovada por **maioria**. -----
----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 394/CM/2020** -----
----- **No considerando 2:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) " conforme estipulado na alínea e), do n.º 1"(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1 "(...). -----
----- **No considerando 19:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "Recomendação n.º 1/454"(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "Recomendação n.º 1/54"(...). -----
----- **No considerando 22:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "Freguesia de Alcântara contratualizar um Contrato de Delegação de Competências outorgado entre ambos "(...); -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "Freguesia de Alcântara celebrar um Contrato de Delegação de Competências entre si "(...). -----
----- **No texto introdutório da parte deliberativa:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "na sua redação atual, delibere: "(...)" -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lisboa:"(...).-----
----- **No ponto 1 da parte deliberativa:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração do contrato -- "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "1. A celebração do contrato "(...). -----
----- **No ponto 2 da parte deliberativa:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) " 2. Autorizar o reforço da afetação "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "2. A Afetação "(...)" -----
----- **Na alínea a) e alínea b) do ponto 2 da parte deliberativa:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "da orgânica 24.00, "(...); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) "da orgânica 10040, "(...). -----
----- **No ponto 3 da parte deliberativa:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) "3. Aprovar a respetiva minuta ao Contrato de Delegação de Competência outorgado"(...); -----

----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "3. A aprovação da Minuta do Contrato de Delegação de Competências a outorgar "(...).-----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Vamos passar à votação da Proposta 395/CM/2020, Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide, com vista à gestão, conservação e manutenção Pequeno Campo de Jogos do Bairro Padre Cruz, 3 máquinas de *fitness* e um equipamento sénior, com três estações de atividade.”-----
 ----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 395/CM/2020** Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 395/CM/2020** foi aprovada por unanimidade. -----
 ----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----
 ----- **Na proposta 395/CM/2020** -----
 ----- **No considerando 2:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) " conforme estipulado na alínea e), do n.º 1"(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1 "(...). -----
 ----- **No considerando 18:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "Recomendação n.º 1/454"(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "Recomendação n.º 1/54"(...). -----
 ----- **No considerando 21:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "Freguesia de Carnide contratualizar um Contrato de Delegação de Competências outorgado entre ambos "(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "Freguesia de Carnide celebrar um Contrato de Delegação de Competências entre si "(...). -----
 ----- **No texto introdutório da parte deliberativa:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "na sua redação atual, delibere: "(...)" -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lisboa:"(...). -----
 ----- **No ponto 1 da parte deliberativa:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração do contrato "(...); -----

----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "1. A celebração do contrato "(...). -----
 ----- **No ponto 2 da parte deliberativa:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) " 2. Autorizar o reforço da afetação "(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "2. A afetação "(...) " -----
 ----- **Nas alíneas a) e b) do ponto 2 da parte deliberativa:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "da orgânica 24.00, "(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "da orgânica 10040, "(...).-----
 ----- **No ponto 3 da parte deliberativa:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "3. Aprovar a respetiva minuta ao Contrato "(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "3. A aprovação da respetiva minuta do Contrato "(...).-----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Vamos passar à votação da Proposta 396/CM/2020, Celebração da adenda ao Contrato de Delegação de Competências, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, no âmbito da requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito.-----
 ----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 396/CM/2020**. Votos contra do BE, abstenção do PCP, PEV, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta n.º 396/CM/2020 foi aprovada por maioria.**-----
 ----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----
 ----- **Na proposta 396/CM/2020** -----
 ----- **No considerando 36:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "Recomendação n.º 1/454"(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "Recomendação n.º 1/54"(...). -----
 ----- **No texto introdutório da parte deliberativa:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "na sua redação atual, delibere: "(...) -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) " na sua redação atual, delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lisboa:"(...).-----

----- **No ponto 1 da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) “1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração do contrato”(…);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "1. A celebração do contrato "(…). -----

----- **No ponto 2 da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) " 2. Autorizar o reforço da afetação "(…); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "2. O reforço da afetação "(…)" -----

----- **No ponto 3 da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) "3. Aprovar a respetiva minuta de adenda "(…); -----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) "3. A aprovação da respetiva minuta de adenda”(…)------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Há agora uma Recomendação da 1ª Comissão, relativa às propostas 392, 393, 394, 395 e 396, vamos pôr à votação esta recomendação.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação nº 114/01 (1ªCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 114/01 (1ªCP)** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Miguel Graça nesta votação)** -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente a seguinte **Declaração de Voto referente à Proposta nº 394/CM/2020:**-----

----- “*Apreciação da Proposta 394/CM/2020 - Delegação de competências, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara, com vista à gestão, conservação e manutenção da Piscina Municipal do Alvito, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 23.º, na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, e no artigo 116.º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;*-----

----- *O Grupo Municipal do PCP absteve-se nesta proposta porque embora este equipamento esteja identificado no auto de transferência como tendo passado para a JF Alcântara não foi contemplado na altura verbas para este equipamento atendendo que o mesmo estava ao abrigo de contrato desenvolvimento desportivo com o clube Atlético.*-----

----- *O Grupo Municipal do PCP é contra a passagem destes equipamentos municipais para as Juntas de Freguesia.*”-----

----- **PONTO 9 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS**

DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;-----

----- **PONTO 9.1- APRECIACÃO DO PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 356/CM/2020 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2020, 2021 E 2022, NO ÂMBITO DA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA HUMANA E ELETRÓNICA PARA INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LISBOA (POR DIVISÃO EM LOTES)” E AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DOS CONTRATOS, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS CONSUMOS E SERVIÇOS QUE EFETIVAMENTE OCORRAM, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO;**-----

----- (O ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 356/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXXI e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 9.2 - APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 417/CM/2020 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2020 E 2021, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS MODALIDADES DE CONFEÇÃO NO LOCAL E TRANSPORTADAS PARA ESCOLAS BÁSICAS INTEGRADAS, ESCOLAS BÁSICAS DO 2º CICLO E 3º CICLO E ESCOLAS SECUNDÁRIAS DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PROMOVIDO PELA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----- (O ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 417/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXXII e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 9.3. APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 390/CM/2020 - ALTERAÇÃO DAS REPARTIÇÕES DE ENCARGOS DE DIVERSAS EMPREITADAS COM A CONSEQUENTE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA OS ANOS DE 2020, 2021 E 2022, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6ª DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO;**-----

----- (A Proposta 390/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXXIII e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 9.4. APRECIACÃO DO PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA**

DA PROPOSTA N.º 386/CM/2020 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2020 A 2023, NO ÂMBITO DO PROCESSO EXPROPRIATIVO PARA A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DE SANTA CLARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, AMBOS NA SUA REDAÇÃO ATUAL;-----

----- (O ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 386/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXXIV e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora vamos passar ao ponto 9, Apreciação conjunta das propostas de assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos.-----

----- Temos o ponto 9.1, a apreciação do ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 356/CM/2020, esta proposta tem as correções que foram comunicadas, depois temos o ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 417/CM/2020, e depois a Proposta 390/CM/2020, e por fim o ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 386/CM/2020.-----

----- São estas propostas, que estão em apreciação conjunta.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto à Câmara se quer apresentar as propostas?”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Casto**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, muito obrigado, Senhor Secretário.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Tenho apenas uma inscrição, que é apenas do Senhor Deputado André Couto.-----

----- O Senhor Deputado prescindiu, neste caso não há inscrições, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então neste caso, vamos passar às votações.”-----

----- Vamos passar à votação do ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 356/CM/2020, esta proposta tem a correção dos erros materiais que foram comunicados.-----

----- Vamos passar à votação do **ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 356/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PSD, BE, PAN, votos a favor: PS, CDS-PP, PCP, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa

e Teresa Craveiro. O ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 356/CM/2020 foi aprovado por maioria.

----- Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito: -----

----- Na proposta 356/CM/2020 -----

----- No considerando XIII: -----

----- Onde consta: -----

----- (...) "enquadramento atual na orgânica 05.03 – "(...); -----

----- Deve constar: -----

----- (...) ""enquadramento no índice da orgânica 10008 – "(...).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação do ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 417/CM/2020. Não há votos contra, abstenção do PSD, PCP, PAN, votos a favor: PS, CDS-PP, BE, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 417/CM/2020 foi aprovado por maioria.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos votar agora a Proposta 390/CM/2020, Alteração das repartições de encargos de diversas empreitadas, com a conseqüente assunção do compromisso plurianual, estas propostas também tem a correção de erros materiais que foram comunicados aos Senhores Deputados”-----

----- Vamos passar à votação da Proposta 390/CM/2020. Não há votos contra, abstenção: PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PCP, BE, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. A Proposta 390/CM/2020 foi aprovada por maioria.--

----- Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos: -----

----- Na proposta 390/CM/2020 -----

----- No considerando VIII: -----

----- Onde consta: -----

----- (...) "de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, dos artigos n.º 25.º e 33º do Decreto-Lei n.º 75/2013, "(...); -----

----- Deve constar: -----

----- (...) "de 21 de fevereiro e artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, dos artigos 25º e 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, "(...). -----

----- Na parte deliberativa: -----

----- Onde consta: -----

----- (...) "de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 "(...); -----

----- **Deve constar:** -----
----- (...) "de 21 de fevereiro e artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012"(...)-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Vamos agora ao ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 386/CM/2020, Assunção de compromisso plurianual com a consequência repartição de encargos, para os anos 2020 a 2023, no âmbito do processo expropriativo para a execução da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Santa Clara.-----
----- Vamos passar à **votação do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 386/CM/2020**. Votos contra: Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenção: PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, CDS-PP, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. O **ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 386/CM/2020** foi **aprovado por maioria**.-----
----- **PONTO 10. APRECIACÃO DO VOTO 103/01 (PAN) - VOTO DE SAUDAÇÃO PELO DIA INTERNACIONAL DAS FLORESTAS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----
----- (O Voto de Saudação nº 103/01 apresentado pelo PAN fica anexado à presente ata como Anexo XXXV e dela faz parte integrante) -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Agora há três documentos que vão ser discutidos, que têm em comum a seguinte circunstância: são documentos que estavam inscritos para serem votados quando foram interrompidas as sessões presenciais e ambos são da autoria do PAN, ao contrário de outros documentos que já tinham sido entretanto votados, estes não tinham sido votados e por isso conforme foi acordado serão votados hoje.-----
----- Vamos começar com o Voto 103/01, do PAN, Voto de saudação pelo Dia Internacional das Florestas, peço ao António Avelãs, que conduza os trabalhos.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Tenho a inscrição apenas do próprio PAN, do Senhor Deputado Miguel Santos, por favor, Senhor Deputado.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Obrigado Senhor Secretário, Senhor Presidente.-----
----- Decorreram precisamente 4 meses desde o Dia Internacional das Florestas, que se assinala no dia 21 de março.-----
----- É um dia que tem por objetivo alertar para o papel das florestas e também das árvores não incluídas nas florestas, bem como para a necessidade de garantir uma cuidada gestão, conservação e desenvolvimento, sobretudo num momento em que

sabemos estarem em curso as alterações climáticas e em que assistimos a desflorestações massivas.-----

----- Em 2020, o tema escolhido para assinalar o Dia da Floresta foi a “Floresta e a Biodiversidade”, relembrando que estes ecossistemas são o lar de cerca de 80% da biodiversidade terrestre, que está sob ameaça devido à desflorestação e às alterações climáticas. Este ano, pretendeu-se ainda alertar para a necessidade de uma gestão sustentável, que permita restaurar as florestas perante situações que as colocam em risco, como é o caso dos incêndios.-----

----- Não podemos deixar de relembrar a importância do Parque Florestal de Monsanto em Lisboa, o único “pulmão verde” que subsiste na cidade e que acolhe uma vasta biodiversidade, não existindo outro exemplo com uma dimensão semelhante em Portugal ou mesmo na Europa. É por isso nosso dever zelar por este espaço, bem como pelas árvores existentes na cidade, pois tal é essencial para as pessoas, para a biodiversidade e para o clima.-----

----- Assim, propomos que esta Assembleia delibere:-----

----- Saudar o Dia Internacional das Florestas;-----

----- Saudar e homenagear todas as associações e todos os movimentos cívicos em prol do ambiente pelo seu esforço e dedicação;-----

----- E, homenagear todas as pessoas singulares que participam, avisam e alertam para as diferentes situações que ocorrem na cidade, em particular no Parque Florestal de Monsanto.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Presidente, não tenho mais inscrições para este ponto.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então passaremos à votação.-----

----- Vamos passar à votação **do Voto de Saudação n.º 103/01 (PAN)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Saudação n.º 103/01 (PAN)** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- **PONTO 11. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 103/02 (PAN) - POR UM PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE INTEGRE O BEM-ESTAR ANIMAL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A **Recomendação n.º 103/02 (PAN)** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, vamos passar ao segundo documento Recomendação 103/02, Por um Programa Municipal de Educação ambiental que integre o bem-estar animal, António Avelãs, peço para conduzir os trabalhos.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O PAN tem prioridade para apresentar se assim o entender, Senhor Deputado Miguel Santos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente.-----

----- Eu irei fazer uma intervenção abrangendo já este ponto e o seguinte, portanto, o tema é a literacia animal.-----

----- Pelos piores motivos, torna-se essencial discutir o tema que hoje aqui trazemos com uma recomendação e com uma moção: uma efetiva literacia animal e ambiental no ensino escolar.-----

----- O triste episódio que sucedeu este fim-de-semana em Santo Tirso demonstra claramente que o bem-estar animal não tem o lugar devido na formação nomeadamente de quem assume lugares de relevo e de decisão.-----

----- Embora a legislação preveja que o bem-estar animal deve integrar as matérias abordadas no âmbito da Educação Ambiental, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico, decorridos 4 anos da sua publicação o tema continua sem ser adequadamente abordado, ou sequer abordado.-----

----- A Educação é a chave para conseguirmos mudar mentalidades e hábitos e caminharmos para um futuro mais empático, justo e inclusivo.-----

----- De acordo com os documentos em vigor, como a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a componente de Cidadania e Desenvolvimento deve ser uma área de trabalho transversal, de articulação interdisciplinar. No entanto, o bem-estar animal consta infelizmente no grupo opcional de temas a abordar.-----

----- Estranhamente, o bem-estar animal também não consta na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, que refere expressamente que é responsabilidade do ser humano a manutenção ou recuperação do adequado estado de conservação de habitats e espécies, infelizmente ligando a prosperidade económica e geração de riqueza aos ecossistemas e os seus serviços, numa clara posição de que a natureza e a biodiversidade existem para usufruto das pessoas.-----

----- Apesar de desde o Tratado de Lisboa os animais serem, a nível europeu, reconhecidos como seres sencientes, capazes de sentir prazer e dor, o que deveria ter produzido alterações em matéria de legislação e também em matéria de educação nesta matéria, verifica-se que:-----

----- O bem-estar animal, pese embora conste na Educação para a Cidadania como uma das matérias a lecionar, embora opcionalmente, é certo, não tem um referencial próprio como outras matérias;-----

----- Falta dar um passo sério na educação das crianças e jovens, de modo a que estes

percecionem os animais e toda a biodiversidade sem ser como meros recursos.-----
----- Assim, propomos hoje que esta Assembleia Municipal delibere apelar ao Governo que crie as condições necessárias para que a literacia animal seja implementada, nomeadamente através da:-----
----- 1- Integração da matéria referente ao bem-estar animal nos domínios de carácter obrigatório da Educação para a Cidadania;-----
----- 2 - Elaboração de conteúdos programáticos específicos que promovam a literacia animal nas escolas, nomeadamente de um Referencial para a Educação em Bem-estar Animal;-----
----- 3- Implementação desse referencial já no ano letivo de 2020/2021 no ensino pré-escolar, básico e secundário;-----
----- 4- Celebração de protocolos com entidades ambientais e de defesa animal que potenciem a aproximação das alunas e alunos com esta realidade;-----
----- 5- E, por fim, o financiamento pelo Estado através do Fundo Ambiental.-----
----- No âmbito municipal, e considerando que Lisboa já tem um Programa Integrado de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, propomos que esta Assembleia Municipal delibere também apelar à Câmara Municipal de Lisboa que “promova um Programa Municipal de Educação Ambiental, que integre o domínio do bem-estar animal com o devido enfoque, com a colaboração dos estabelecimentos de ensino, de empresas, ongs e associações existentes no município.”-----
----- Obrigado.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Hugo Gaspar, por favor.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Presidente, eu prescindo de fazer a intervenção em relação à primeira proposta.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Exato, o Senhor Deputado tem razão, estamos a discutir ainda a Recomendação 103/02, convinha ver se sobre esta recomendação há alguma intervenção.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Presidente, não há mais inscrições.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Então vamos passar à votação de recomendação, e depois veremos as intervenções para a moção.-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 103/02 (PAN)**. Não há votos contra, abstenção: PSD, CDS-PP, PPM e dos Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 103/02 (PAN)** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **PONTO 12. APRECIACÃO DA MOÇÃO 103/02 (PAN) - PELA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EFETIVA LITERACIA ANIMAL E AMBIENTAL NO ENSINO ESCOLAR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS.**-----

----- (A **Moção n.º 103/02 (PAN)** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXVII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos agora à Moção 103/02, do PAN, Pela implementação de uma efetiva literacia animal e ambiental no ensino escolar.-----

----- O PAN já falou sobre isto, peço ao António Avelãs para conduzir os trabalhos.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora tenho as inscrições dos Senhores Deputados Hugo Gaspar e Raul Santos.-

----- Tem a palavra, o Senhor Deputado Hugo Gaspar, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Nós vamos solicitar a votação por pontos pelo seguinte.-----

----- Percebemos que na data que este documento foi entregue a 3 de março, não estava datado e fazia todo o sentido, agora estamos a aproximar-nos do final de julho, o terceiro ponto refere a implementação para o próximo ano letivo, não estamos a tempo de fazer uma grande integração efetiva dessa matéria no ano letivo.-----

----- Portanto, se o PAN, eu acho que nós, o Partido Socialista consideram que são devem ser aprovados documentos que tenham uma efetividade real, portanto, se o PAN considerar a alteração desse terceiro ponto para o próximo ano letivo, ou seja para 2021 e 2022, o Partido Socialista vota a favor de todos os pontos, se não considerar essa alteração, nós votaremos a favor de todos os pontos, e obviamente, votaremos contra o terceiro.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Raul Santos, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raul Santos (IND)**, no uso da palavra fez a

seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Boa tarde a todos.-----

----- Boa tarde Senhor Presidente.-----

----- Muito rapidamente, porque as palavras anteriores faço as minhas também com o devido respeito, apenas para acrescentar mais duas pequenas coisas.-----

----- Primeiro que tudo este ponto três, mesmo para o ano letivo 2021 e 2022 tenho as minhas dúvidas, uma vez que há círculos de reflexão e de revisão de conteúdos, ele terá que ser primeiramente, apreciado para se encaixar, portanto ele está datado tal como foi dito e, portanto, não deveria estar aqui neste momento.-----

----- O ponto 1 e o ponto 2, no meu entender, deveriam fundir-se apenas num só.-----

----- E quanto ao financiamento pelo Estado através do Fundo Ambiental, tenho muitas dúvidas que o espírito da legislação que o cria ou se quiserem do documento que o cria, não seja para outra coisa que o bem-estar animal, não estou a dizer que tenho razão, estou a dizer que tenho sérias dúvidas, por isso também solicito a votação em separado de todos os pontos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então vamos votar em separado todos os pontos, eu não sei se o PAN quer esclarecer aquele pedido do PS, se quer dizer alguma coisa ou não, senão vamos passar à votação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não Senhor Presidente, pode passar à votação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então não aceitou a proposta do PS?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É exatamente isso, é claro, vamos passar à votação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, dá-nos só aqui um minuto, estamos aqui numa reflexão, tendo em conta as últimas intervenções feitas, que nos levam aqui a ponderar muito sobre a forma como, de facto, a proposta poderá não se adequar do ponto de vista da realidade e, portanto, nós tínhamos aqui inicialmente um sentido de voto, mas agora confesso que tenho aqui algumas reservas, e estávamos aqui a trocar impressões, se pudesse mesmo dar-nos aqui só dois minutos, como é a última proposta do dia.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Depois volto ao PSD, mas vamos continuar a votação.”-----

----- Vamos passar à votação da **Moção 103/02 (PAN)**. -----

----- **Deliberada por pontos:** -----

----- **Ponto 1 da Moção 103/02 (PAN)**. Votos contra: Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar e José Alberto Franco, abstenção: PSD, CDS-PP, PEV, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, votos a favor: PS, PCP, BE, PAN, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos e Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Moção 103/02 (PAN)** foi **aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 2 da Moção 103/02 (PAN)**. Votos contra: Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco e Raul Santos, abstenção: PSD, CDS-PP, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Miguel Graça, Patrícia Gonçalves e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PCP, BE, PAN, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Joana Alegre, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Moção 103/02 (PAN)** foi **aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 3 da Moção 103/02 (PAN)**. Votos contra: PS, PSD, CDS-PP, PEV, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, abstenção: PCP, BE, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Joana Alegre e Miguel Graça, votos a favor: PAN e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Paulo Muacho e Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Moção 103/02 (PAN)** foi **rejeitado**. -----

----- **Ponto 4 da Moção 103/02 (PAN)**. Votos contra: Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar e José Alberto Franco, abstenção: PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Miguel Graça, Patrícia Gonçalves e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, BE, PAN, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 4 da Moção 103/02 (PAN)** foi **aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 5 da Moção 103/02 (PAN)**. Votos contra: PCP e Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves e Raul Santos, abstenção: PSD, CDS-PP, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Miguel Graça, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, votos a favor: PS, BE, PAN e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Joana Alegre, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. O **Ponto 5 da Moção 103/02 (PAN)** foi **aprovado por maioria**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem Senhores Deputados, agora vamos às declarações de voto oral, se faz

favor:”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, se faz favor.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário. -----

----- Serei muito breve, estamos no final da reunião.-----

----- O CDS apresenta a declaração de voto oral sobre a Moção 103/02, apresentada pelo PAN, dizendo que votou contra o ponto 3 da parte deliberativa, porque ele é exequível no prazo temporal que nos é apresentado nesta moção, e absteve-se nos pontos 1, 2, 4, 5, porque, apesar das boas intenções que o PAN aqui nos apresenta o histórico do PAN tem sido sempre com base num cariz animalista e, portanto, não conhecendo aquilo que é um referencial, não sabendo qual é a base de conhecimento científico e pedagógico e indo apenas por aquilo que o PAN nos tem apresentado, que tem sido uma perspectiva política animalista, nós não podíamos votar favoravelmente, nenhum dos pontos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente à Moção 103/02 do PAN:** -----

----- *“O Grupo Municipal do Partido da Terra - MPT, eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião realizada no dia 21 de Julho de 2020 a sua declaração de voto referente à Moção 103/02 (PAN) - Pela implementação de uma efectiva literacia animal e ambiental no ensino escola.-----*

----- *O Partido da Terra - MPT absteve-se na votação aos pontos 2,3 e 4 da referida Moção por entender que se trata de medidas demagógicas e com claros propósitos eleitoralistas, do partido animalista português, e que, algumas delas, já se encontram implementadas e previstas nas matérias leccionadas na disciplina Educação para a Cidadania, para além de que serão de impossível concretização atempada para o próximo ano lectivo 2020/2021.-----*

----- *O MPT, absteve-se igualmente no ponto 5 da referida Moção por considerar que o Fundo Ambiental já tem como pilar fundamental a defesa do ambiente e o bem-estar animal.”-----*

----- **O Deputado Municipal Independente Raul Santos** apresentou a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente à Moção 103/02 do PAN:** -----

----- “O meu voto negativo aos pontos 2, 3 e 5 da parte deliberativa desta moção deve-se às seguintes razões:-----

----- Ponto 2: A elaboração de conteúdos programáticos específicos está implícita no ponto 1 da parte deliberativa e a ser aprovado deixava aberta a porta para a criação de disciplinas específicas, o que não é recomendável.-----

----- Ponto 3: Impossível de praticar por estarmos a 2 meses do início do ano lectivo de 2020/2021, a sua retirada não foi acolhida pelo PAN, pelo que só poderia votar contra.-----

----- Ponto 5: O Fundo Ambiental destina-se a financiar projectos na área ambiental, não sendo claro o quê ou quem o PAN pretende financiar com este ponto 5. A serem concretizados os protocolos referidos no ponto 4 e que votei favoravelmente, compete às entidades protocoladas concorrerem aos fundos que entenderem para financiar a suas actividades/programas/projectos, nomeadamente a este fundo, o que já é contemplado pela lei.”-----

----- **Os Deputados Municipais Independentes Ana Gaspar e António Avelãs apresentaram a seguinte Declaração de Voto escrita, referente à Moção n.º 103/02 do PAN:**-----

----- “Os deputados municipais independentes dos Cidadãos por Lisboa (CPL) abaixo assinados, eleitos na lista do PS, votaram contra a Moção 103/02, apresentada pelo PAN, na sessão de 21 de julho de 2020, com o título “Pela implementação de uma efetiva literacia animal e ambiental no ensino escolar” por entenderem que, no domínio pedagógico, como é no caso em apreço o conteúdo a incluir na área Educação para a Cidadania, deve ser inteiramente respeitada a autonomia da Escola, neste caso consubstanciada no Conselho Pedagógico de cada Escola /Agrupamento de Escola. A intromissão abusiva dos órgãos municipais no domínio pedagógico das escolas é uma atitude que não apoiamos.-----

----- Nada impede que as escolas introduzam no conteúdo da Educação para a Cidadania a dimensão da sensibilização para o bem-estar animal, apontado como opcional pelo Ministério da Educação, como, aliás, o texto do PAN reconhece; mas somos contra o facto de a Assembleia Municipal de Lisboa querer impor a obrigatoriedade de tal conteúdo, como o texto do PAN propõe, invadindo claramente o campo de intervenção específica dos órgãos pedagógicos das escolas.-----

----- De resto, há entre os conteúdos que podem ser incluídos na área da Educação para a Cidadania um largo conjunto de questões cuja dignidade e importância não são em nada inferiores à questão do bem-estar animal, sendo que a inclusão de todos ele é incompatível com a carga horária atribuível especificamente a esta área da formação, devendo, pois, haver uma seleção em função do momento social, da sensibilidade dos alunos, do projeto educacional de cada escola. O que é incompatível com a obrigatoriedade proposta nesta moção. Refira-se finalmente que, direta ou indiretamente, a questão dos direitos dos animais, nomeadamente ao seu

bem-estar pode ser abordada em várias disciplinas curriculares, sem necessidade de recorrer, obrigatoriamente, à área da Educação para a Cidadania.-----

----- *Os Deputados Independentes dos Cidadãos Por Lisboa,*-----

----- *Ana Gaspar, António Avelãs*”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu tenho que fazer uma interpelação à Mesa” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então, por favor faça a interpelação à Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Eu gostava que informasse o Senhor Deputado Diogo Moura, que a matriz do Partido Pessoas Animais e Natureza é tríplice, e não é apenas animalista, como quer referir, e, portanto, eu gostava que todos os Senhores Deputados, nomeadamente, o Senhor Deputado Diogo Moura se informasse, em vez de dizer coisas que não correspondem à realidade.-----

----- É tudo, obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Isso não é uma interpelação à Mesa, a Mesa não tem nada a ver com isso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas apenas para dar o meu voto de protesto, com todo o respeito, ao Senhor Deputado Miguel Santos pela Assembleia, que o Senhor Presidente não é nenhum moço de recados, eu estou presente nesta Assembleia Municipal, o Senhor Deputado deu a informação, não nos acrescentou nada, porque sabemos bem que é o PAN.-----

----- Agora acho que é muito triste pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que faça o papel de moço de recados a entregar os mesmos recados, tenho pena que se tenha acabado assim a sessão, porque tenho o maior respeito e consideração pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Obrigado a todos”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu não faço considerações sobre o que é o CDS, portanto abstenha-se e tenha respeito, Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bem, as apreciações sobre a natureza dos partidos, naturalmente, são matéria de análise política e não apenas de declaração de fé, mas não me quero meter nesse debate.-----

----- De qualquer forma chegámos ao fim desta sessão, que foi muito produtiva,

agradeço muito a vossa colaboração e para terminar, teremos cinco Comissões para fechar com chave de ouro, na próxima sessão.-----

----- Muito obrigado a todos.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e quinze minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

----- O PRESIDENTE-----